

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ESTUDO DE *BROWNFIELDS* E ESPAÇOS FUNCIONAIS NO
MUNICÍPIO DE SUMARÉ - SP

ALDO FRANCISCO UMANZOR ORDENES

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de concentração em Organização do
Espaço, para obtenção do título de Mestre
em Geografia

Rio Claro (SP)
2007

Dedicatória

*Dedico este trabalho à
minha família e amigos.*

Comissão Examinadora

Dra. SILVIA APARECIDA GUARNIERI ORTIGOZA (Orientador)
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Dra. TANIA MARIA DE CAMPOS LEITE
Instituto Superior de Ciências Aplicadas/Limeira (SP)

Dr. AURO APARECIDO MENDES
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

ALDO FRANCISCO UMANZOR ORDENES
Aluno (a)

Rio Claro, 25 de Outubro de 2007

Resultado: APROVADO

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	01
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	05
1.1. Espaço Geográfico como sobreposição de tempos.....	05
1.2. Brownfields - do conceito original à uma proposta de adaptação.....	15
1.3. Forma, estrutura, função e processo.....	25
2. O GLOBAL-LOCAL NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ - SP.....	30
2.1. Características gerais de Sumaré.....	34
3. ESTUDOS DE CASO - ENTENDENDO OS BROWNFIELDS.....	49
3.1. Engenho Marcelo Pedroni: descrevendo o presente	50
3.1.1. Retorno ao passado: do auge ao abandono.....	59
3.1.2. Retorno ao presente: uma outra visão da realidade atual	63
3.2. Faculdades Network (Campus de Sumaré) - Antigo Moinho Universal: descrevendo o presente.....	66
3.2.1. Mergulho ao passado: o abandono de uma grande indústria.....	74
3.2.2. A volta ao presente elucidado.....	77
3.3. Casarão do sítio Sertãozinho: descrevendo o presente.....	80
3.3.1. Do rural ao urbano: uma volta ao passado.....	87
3.3.2. O reencontro com o presente.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	97

Resumo

Vivemos em uma sociedade, onde o sistema capitalista desempenha papel determinante nas transformações do espaço geográfico. Partindo do alto dinamismo empregado às instituições e aos agentes transformadores do espaço, notamos que este sistema exerce uma pressão em relação à manutenção das formas e funções espaciais. Como tais formas, estão inseridas neste cenário dinâmico, observa-se uma relação de mudança e de persistência delas, que ocorre simultaneamente, impondo-lhes uma difícil dualidade. Aqui, a persistência de algumas formas frente a grande corrente de transformação é evidenciada. Esse movimento entre mudança e persistência sustenta parte do sistema capitalista. Sendo assim, verificam-se nesse espaço geográfico, formas, persistentes na paisagem, sem sua função original e que agora aparecem à espera de uma nova função. Este é justamente o objeto de estudo desta pesquisa, que busca analisar três formas com diferentes níveis de refuncionalização, tendo como preocupação, esclarecer parte do cenário e dos questionamentos recorrentes às tais formas, aqui chamadas *brownfields*. Alguns *brownfields* foram escolhidos em Sumaré/SP, município que, em sua história apresenta transformações espaciais aceleradas e intensas. Partindo de um referencial teórico- metodológico definido e adotado, levantamos alguns pontos acerca das formas estudadas e de suas relações com o espaço geográfico ao qual estão inseridas.

Palavras-chave: Refuncionalização, espaços funcionais, espaços abandonados, brownfields, Sumaré / SP.

Abstract

We live in a society where the capitalist system plays the foremost role in the space changes in which we are inserted. Serving as model, the high degree of dynamism employed to institutions and to the space changing agents, we notice that the system plays a certain pressure in relation to the balanced preservation of shapes and functions that comprise such space. By the fact that the shapes and their functions are many times choked by the high mutability pressed for the capitalist system, the urban spaces, whether made up of large or medium cities, as for instance, Sumare, in Sao Paulo, and which was the analyzed town, present in its landscapes devious shapes devoid of economic function, that did not follow the urban dynamics and appear in the current scenery as hindrances, as witnessed shapes of another period or dynamics. These shapes have become object of this research that points them out with distinguished levels of refunctioning, having as the main concern, to shed light on part of the scenery and part of the enquiries related to such shapes, so called Brownfields. From a metodological and theoretical standpoint defined and made plain, we point out some worthy issues about the studied shapes and their relations to the geographic space in which they are attached.

Key Words: Refunctioning, functional shapes, abandoned spaces, brownfields, Sumare/Sao Paulo.

ESTUDO DE *BROWNFIELDS* E ESPAÇOS FUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ - SP

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito a realização de um aprofundamento acerca de um tema de grande relevância para a ciência geográfica, principalmente para um ramo muito importante desta, a Geografia Urbana, bem como para a Geografia Econômica, já que, importantes aspectos dessas duas áreas estarão sendo primordiais para a constituição de uma melhor elucidação de toda a problemática que envolve os chamados *brownfields*¹, os quais, segundo uma prévia definição, podem ser compreendidos como formas espaciais ou arcações físico-territoriais abandonados, contaminados ou não, característicos ou possuidores de uma atividade econômica relevante, num determinado período de tempo, passíveis de redensolvimento ou refuncionalização, e que, devido à sua importância e forte presença em espaços urbanos, nos leva a direcionar forte atenção ao estudo dos mesmos. Uma vez apresentada uma rápida noção do problema da pesquisa, cabe esclarecer aqui que a principal intenção, será estudar *brownfields* em diferentes níveis de refuncionalização presentes em Sumaré.

Este apontamento visa estabelecer uma base inicial de comparação entre as formas espaciais escolhidas, sustentada em uma fundamentação teórica que pode servir para futuros estudos e análises acerca de *brownfields*. Pretende-se também, entender um pouco da lógica geradora e principalmente, dos impactos negativos ou positivos destas formas, presentes, na maioria das vezes, em espaços urbanos que forçadamente tem de conviver com suas presenças degradadas e abandonadas. Vemos com grande frequência, que muitas destas formas não passaram por qualquer nível de refuncionalização, ou quando passaram, muitas vezes se refuncionalizaram sem atender às necessidades do espaço e da sociedade que as geraram.

¹ A origem do termo será apresentado posteriormente.

A abordagem metodológica apresentada neste estudo, não tem a intenção de ser um norte definitivo no que diz respeito a pesquisas de *brownfields*, mas se propõe à contribuir, dentro de suas próprias limitações, como uma base de compreensão dessas formas tão presentes no espaço geográfico. Observa-se, que muitas vezes os *brownfields* permanecem, porque faltam iniciativas, tanto públicas quanto privadas que venham a reabilitá-los, já que não existe também, preocupação suficiente quanto às bases científicas e teóricas desses objetos, desde a gênese dos mesmos até a inserção completa destes no espaço urbano. Neste contexto, buscar-se-á mostrar aqui, uma análise de três diferentes formas, cada uma em um distinto nível de refuncionalização, com base numa mesma perspectiva teórica, tratando de explorar também a aplicação de uma metodologia no estudo das formas-conteúdos, esperando enxergar e esclarecer novos questionamentos pertinentes aos estudos urbanos. Parte da base conceitual presente na metodologia surge do pressuposto de que, os *brownfields* se apresentam no espaço geográfico como fragmentos de uma totalidade. Estes não podem ser descartados ou analisados sem a influência dessa totalidade, assim como a mesma não se condiciona ou se reproduz sem a própria análise do fragmento. Isso tudo fundamenta inicialmente, a idéia de que o espaço geográfico deve ser visto de maneira menos reducionista e mecanicista.

Esta pesquisa nos mostrou que os *brownfields*, surgem da relação sócio-econômica-espacial que se reproduz no espaço, através da lógica de produção capitalista. A lógica capitalista impõe a qualquer pesquisador da área urbana, a necessidade de compreender as alterações do espaço urbano, por meio da relação global-local. Esta relação se estabelece nas interações sociais e econômicas presentes no urbano e por isso é muito importante que seja desvendada.

O presente estudo também considerou relevante analisar as idéias referentes ao termo *brownfields*, apontando a origem do termo, seu significado e cenário original, suas limitações, modificações e adaptações sofridas ao serem transportadas para a realidade brasileira. Nessa abordagem, deve ser sempre levada em conta as peculiaridades e particularidades que o local nos impõe. Especificamente nesta

dissertação, partiremos de uma tentativa de elucidação do cenário e da idéia de espaço geográfico² onde se manifestam os objetos, seguindo-se de uma análise do conceito original de *brownfield*, e suas adaptações, uma vez que estas formas espaciais não se produzem do mesmo modo em todos os lugares. Para Carlos (1996, p.51), “o espaço intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que determina as relações de produção é também produtor e produto”.

Após, a apresentação do cenário, da compreensão da visão de espaço geográfico e do esclarecimento de questões referentes ao termo em análise (*brownfields*), atentaremos à elaboração e construção da base metodológica, não esquecendo de paralelamente a isso, continuar a conceituação de espaço geográfico e transportá-lo para a realidade, tanto global como local, das formas escolhidas para a pesquisa. O objetivo central, é portanto demonstrar a importância do estudo de *brownfields* no meio urbano, buscando, apontar as adaptações do termo original à realidade urbana brasileira, sempre com a adoção de uma mesma metodologia, que nos permita investigar a dinâmica espacial da área, esclarecendo possíveis discontinuidades na evolução destas formas espaciais.

Como objetivo específico esta pesquisa contemplará uma comparação de três formas espaciais³. As formas selecionadas para análise contemplam uma sem refuncionalização e duas com diferentes níveis de refuncionalização, sendo que, destas, uma em andamento, e uma última já concluída. Releva-se então a importância de que uma refuncionalização eficiente pode representar retornos mais positivos, ou seja, novas funções sociais para espaços que, aos olhos da sociedade, não passam de lugares abandonados e degradados.

A dissertação aqui apresentada está organizada em três grandes capítulos. O primeiro capítulo refere-se à construção e apresentação do referencial teórico-

² Espaço geográfico é um produto social e histórico e portanto, condição e meio das relações sociais de produção.

³ Para que futuras comparações se tornem mais interessantes e bem fundamentadas, sugere-se, uma maior aproximação no perfil ou na temporalidade dos próprios *brownfields* estudados, já que até mesmo estes possuem diferenças entre si, principalmente em relação a sua função anterior. No caso específico deste estudo, atribui-se uma maior importância ao nível de refuncionalização apresentado pelas formas escolhidas.

metodológico, onde são apresentadas as idéias que constroem o cenário do espaço geográfico como um espaço de sobreposição de tempos, onde se observa um movimento entre a alteração e a resistência das formas, presentes nesse espaço. As características das formas, sem funcionalidade, que resistem no espaço, são apresentadas também neste capítulo, desde a concepção original do termo que as designa às adaptações sofridas no cenário e na realidade brasileira.

Já o segundo capítulo, intitulado “O global-local no município de Sumaré/SP”, traz as principais características sócio-espaciais e econômicas do município, inserindo-o no contexto elucidado no primeiro capítulo. Aqui, são apresentadas características históricas e dados que justificam a escolha de Sumaré, onde o movimento de alteração e resistência num espaço permeado pela lógica capitalista, é intenso e acelerado.

O terceiro capítulo aponta os estudos de caso, onde se observam as análises das formas escolhidas nesta pesquisa. Através do referencial teórico-metodológico busca-se apontar o cenário presente, encontrar as contradições e voltar novamente ao presente elucidado de cada forma escolhida.

Nas reflexões finais, apresentamos alguns apontamentos em relação ao que foi abordado na pesquisa, onde surgem questionamentos e reflexões a respeito da importância do estudo, do referencial teórico-metodológico utilizado e das formas estudadas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. Espaço Geográfico como sobreposição de tempos

Iniciando este capítulo, pretendemos aqui explicar o que se entende por Espaço Geográfico, um espaço do homem, o qual, seguindo a idéia de Santos (1978, p.130), tende a mudar com o processo histórico, já que é também o espaço social. Segundo idéia apontada por Carlos (1988, p. 15), “o espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante”. A mesma autora aponta em seguida que “O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz, (...)”. Podemos dizer então, que este se constitui em um fato social, bem como:

(...) um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado. (KOSIK, 1967 apud SANTOS, 1978, p.130)

Logo, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social. Esta primeira visão já demonstra o aspecto abrangente do espaço geográfico. Uma vez caracterizando-o como sendo social, podemos dizer que tanto sua gênese quanto sua dinâmica são condicionadas pelas relações sociais, isto porque, a sociedade, constituída em grupos sociais, se reproduz de diferentes maneiras, sendo uma delas a organização espacial, idéia esta reforçada pela afirmação:

(...) ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no

presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução). (CORREA, 1986, p. 55)

Logo, pode-se dizer que, a partir do modo de produção, o espaço caracteriza-se como produto e condição para a produção e reprodução social. Isto sugere, ser o espaço um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS 1999, p.51), onde:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS 1999, p.52)

Observa-se que a organização espacial se dá em função das necessidades do modo de produção, e que o espaço é um produto da ação humana ao longo do tempo, apresentando-se como uma “conseqüência do trabalho e da divisão do trabalho”, conforme aponta Lefebvre (1976 apud CORREA, 1986, p. 67). Correa (1986) avança neste sentido, revelando-nos que:

(...) como o trabalho social e a sua divisão dão-se em um determinado tipo de sociedade com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e um modo dominante de suas relações, a organização espacial resultante refletirá estas características básicas da sociedade (...) (CORREA, 1986, p. 67).

Desse modo, podemos então afirmar que, cada sociedade, a partir de um modo de produção particular, reproduzirá um espaço peculiar, como vem se verificando ao longo da história. Cada sociedade humana, em níveis diferenciados de desenvolvimento entre povos e nações, registrou vários modos de produção: o primitivo, o escravista, o feudal, o capitalista e o socialista. Estes diferem a partir de duas características: as forças produtivas e as relações de produção.

Em geral, com o passar do tempo, as relações de produção não acompanham o desenvolvimento das forças produtivas, gerando uma contradição imposta por dois motivos principais: são:

1. O avanço da ciência e da técnica imprime maior desenvolvimento às forças produtivas;
2. Numa sociedade de classes, a exploração do trabalhador se manifesta em termos de ganho de produtividade. A tendência é a ampliação das *contradições* entre os que produzem (os trabalhadores) e os que se apropriam dos frutos da produção (os proprietários privados dos meios de produção), com reflexo conseqüente na queda da produção. (GOMES,1991, p.35)

Para melhor compreender a lógica deste mecanismo contraditório, faz-se necessário entender como funciona o capitalismo em termos de capacidade de produção de mercado competitivo no contexto da própria luta intercapitalista, gerada pelo modo de produção que, segundo Lipietz (1983, p.75), caracteriza-se pela separação dos produtores, de seu modo de produção, que passa a ter um caráter privado e autônomo, visando obter o lucro a partir da apropriação dos objetos gerados pelo trabalho e da própria força de trabalho. A partir da idéia de que a capacidade de produção, em um mercado competitivo, busca alcançar suas potencialidades através não só da exploração da mais-valia, como também por meio do desenvolvimento das técnicas, vemos que a contradição inicial apresentada, que poderia vir a romper com este modo de produção, pode e é superada com negociações nas quais o proprietário dos meios de produção cede melhorias nas condições de trabalho e nos salários, subsidiadas pelos ganhos no desenvolvimento das forças produtivas.

Este aspecto mutável do capitalismo tem lhe proporcionado uma continuidade sólida, pois, devido ao seu alto poder de mutação, nos deparamos constantemente com contradições espaciais, que no momento de análise, podem não mais possuir ou sustentar seu valor econômico e funcional, mas que posteriormente podem vir a ser de

grande importância para o contexto em vigência. É este constante dinamismo espacial, reflexo direto do próprio dinamismo econômico gerido por um nível de competitividade que necessita explorar suas potencialidades, que monta o cenário capitalista das ações. Ao tentarmos entender o cenário econômico e social atual, percebemos que ele ainda está em constante formação, e que não demonstra de forma clara qual será seu limite, já que ele se produz e se reproduz em uma escala global, onde cada vez mais, e com maior velocidade, novos objetos se inter-relacionam e se modificam, tendo como ponto de apoio as evoluções técnicas, científicas e informacionais. Tudo isso, fica mais claro, se tomamos como base as idéias do geógrafo Milton Santos sobre o chamado *meio técnico, científico e informacional*.

(...) da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies, a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. (SANTOS, 1999, p. 190)

Isto significa dizer que a ciência e a informação não mais se limitam à evolução do modo de produção, mas também participam do próprio processo produtivo. Isto, refletido na organização espacial, refuncionaliza os espaços, atendendo sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, sendo incorporados plenamente às novas correntes mundiais. “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 1999, p. 191).

Sendo assim, podemos dizer que, a racionalidade no atual período, materializado neste meio, se traduz como a realidade da globalização, impondo ao local a necessidade de uma refuncionalização dos espaços, direcionada aos interesses destes atores. Ou seja, os interesses globais se materializam nas localidades, que perdem seu poder com a introdução de novos fatores locais no

processo produtivo. Nesta dinâmica urbano-mundial, as localidades passam a disputar entre si uma maior participação no mercado mundial.

Essa nova sociedade e economia, agora globais, apresentam-se com maior clareza desde as últimas duas décadas deste último século. Temos aí uma economia informacional e global.

É *Informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades e agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. (CASTELLS, 1999 – p. 87)

A velocidade da informação globalizada aproxima os lugares e torna possível saber dos fatos ao mesmo tempo em que ocorrem (*on line* – tempo real), estabelecendo uma relação imediata entre lugares e acontecimentos. Assim, o computador permite uma resposta rápida às mudanças econômicas, políticas e sociais. Esse fato configura um novo espaço geográfico, que acelera a obtenção do lucro em escala mundial. As maiores beneficiárias desse processo são as atividades financeiras, pois se beneficiam da rápida fluidez de dinheiro através do globo, passando a circular freneticamente, em poucos instantes. Para tanto, surgem pontos ligados por uma densa e ampla rede interativa de comunicações, que funciona sem parar. Assim, locais estratégicos são interligados mundialmente por computadores, cabos de fibra ótica, satélites, etc. Essas formas de interconexões informacionais dão subsídios a novos aspectos produtivos no setor secundário da economia, bem como uma maior conectividade deste com os outros setores.

Esse novo modelo produtivo tem como principal aspecto, a desconcentração espacial da atividade, sustentada por essa ampla rede já descrita anteriormente, gerando um maior dinamismo produtivo, bem como uma ampla redução dos custos e maior otimização dos lucros. Claro que esse novo aspecto produtivo, contempla

necessariamente, aquelas empresas que têm aporte financeiro para sustentar tal desconcentração e para gerir suas próprias redes interativas de comunicações, sufocando aquelas que não podem acompanhar tal dinâmica. No limite, cria-se uma verdadeira fábrica global, ou seja, as grandes corporações produtivas e / ou financeiras, chamadas por alguns de empresas-rede.

Num mundo regido principalmente pelo interesse do capital, busca-se entender ou identificar, quem são os agentes que dinamizam a lógica de circulação e distribuição desse capital. Como já vimos anteriormente, a dinâmica atual do sistema capitalista, está baseada nas redes produtivas de informações, conhecimentos e tecnologias (meio técnico-científico-informacional), onde grandes empresas aparecem como as principais detentoras e alimentadoras dessas redes, sendo ao mesmo tempo, as grandes instituições dinamizadoras do sistema. Elas surgem como os principais agentes transformadores da lógica econômica, que se reflete, por sua vez, nas relações sociais, delimitando cada vez mais, os espaços detentores de acumulação de capital e tecnologia, em contraposição àqueles espaços onde se nota justamente a carência destes fatores.

Podemos dizer que isso se observa de maneira geral, em escala global, expondo cada vez mais, num mesmo espaço, estruturas econômicas e formas sociais contraditórias. Essas lógicas são visíveis em Sumaré, e nas formas espaciais estudadas, que revela que o espaço urbano materializa essas contradições sócio-econômicas.

Procurando fundamentar ainda mais nosso plano teórico, observa-se que segundo AGLIETTA (1976) apud BOYER (1990 – pág.179), “falar da regulação de um modo de produção é buscar traduzir a maneira como se reproduz a estrutura determinante de uma sociedade em suas leis gerais”. Complementando tal idéia, o mesmo autor diz que:

(...) o estudo da regulação do capitalismo não pode ser a busca de leis econômicas abstratas. É o estudo da transformação das relações sociais

criando novas formas, ao mesmo tempo econômicas e não-econômicas, formas organizadas em estruturas e formas que reproduzem uma estrutura determinante, o modo de produção. AGLIETTA (1976) apud BOYER (1990 – pág.179)

Isso demonstra que a economia, se mostra também de maneira global.

É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação. (CASTELLS, 1999, p. 87)

Segundo tais concepções, podemos dizer de alguma forma, que o espaço geográfico acaba também se modificando, já que, como vimos, por ser este um espaço do homem, tende a mudar com o processo histórico, pois este espaço geográfico é também o espaço social.

No caso do Brasil, esta mutabilidade, como lógica de estruturação do território, tem se apresentado ao longo da história permeada por ciclos econômicos, fundamentados na lógica do lucro e voltado ao mercado externo, tendo estes suas próprias técnicas e um modo de produção capitalista, que, entretanto era baseado na mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravidão, criou-se um mercado interno de consumo, a partir do trabalho assalariado, o que possibilitou o ingresso em um capitalismo avançado, o industrial. Desde então, este aspecto mutável tem se mostrado altamente capaz de proporcionar as mudanças necessárias, e cada vez mais rápidas, no seu modo de produção. Espacialmente que afirma:

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo este trabalho realiza-se sob o comando do

capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. A ação do capital não se verifica de modo uniforme, quer em termos temporais ou espaciais. Há uma diferenciação espaço-temporal nos investimentos de capital. (CORREA,1986, p.60 - 61)

À esta afirmação acrescenta-se a idéia de Santos (1982, p.35), onde conclui-se que os modos de produção, bem como sua evolução, produzem formas geográficas que os representam plenamente, ou apenas um de seus momentos, logo, a história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço.

Considerando o espaço como uma categoria histórica, esta idéia é reforçada por Santos, que diz que:

(...) a noção de espaço é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal (SANTOS, 1981, p.22)

Compreende-se que o espaço é constituído de formas correspondentes a diferentes modos de produção e diferentes técnicas, sendo este, um produto destas mudanças, que se apresentam mais agudas e constantes no atual modo de produção capitalista. Portanto, o espaço pode ser considerado um “mosaico de elementos de diferentes eras” (SANTOS, 1981, p. 22).

Correa elucida melhor a questão ao afirmar que

(...) o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes. Nesse sentido o espaço urbano pode ser o reflexo de uma seqüência de formas

espaciais que coexistem lado a lado, cada uma sendo originária de um dado momento. (CORREA, 2001, p. 148)

O espaço mostra-se então como um produto social não limitado apenas ao presente, sendo que sua organização espacial acumula formas herdadas do passado, que se mantiveram por se adaptarem às necessidades atuais, apresentando uma funcionalidade econômica efetiva ou um valor simbólico que as fizeram permanecer ao longo do tempo.

Considerando todas essas complexidades espaciais, a Geografia Urbana avança no sentido de superar a noção de organização do espaço para produção do espaço, muito mais rico em contradições, próprio da sociedade. Segundo idéia apontada por Carlos (1994, p. 30/31), a concepção de espaço geográfico, adotada por alguns geógrafos com base na noção de organização do espaço torna-se superada, já que estes teriam a idéia de “espaço como palco da atividade do homem, isto é, como simples localização das atividades do homem que habita o planeta”. Carlos, de forma crítica, aponta ainda que

(...) Deste ponto de vista a relação homem-meio não vai além da superposição de fatos, impedindo o desvendamento dos processos reais da produção espacial, tratando o espaço apenas em sua aparência. (CARLOS, 1994, p.31)

A mesma autora coloca ainda que

A noção do meio geográfico, por sua vez coloca a questão da exterioridade que acompanha, na geografia, a discussão da relação entre homem e natureza. Fica claro, todo o tempo, que o homem transforma a natureza, mas esta transformação não aparece como um produto humano, mas exterior ao homem, e nesse sentido o próprio homem aparece como elemento e não como sujeito. (CARLOS, 1994, p.33)

Como contraponto à noção apresentada anteriormente, de um espaço como palco da atividade do homem, organizada em função das necessidades dos grupos humanos, apresenta-se a idéia de um “espaço produzido pela sociedade onde o trabalho, como atividade produtora, tem o caráter de mediador da relação” (CARLOS, 1994, p. 33). Sendo assim,

(...) é evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). (CARLOS, 1994, p. 34)

Inserido então numa dinâmica econômica de caráter global transformador, o espaço geográfico surge como

(...) movimento historicamente determinado da produção social. Assim, cada transformação ocorrida ao longo do processo civilizatório implicará espaços diferenciados, com conteúdos diversos. Nesse sentido, o espaço geográfico é um produto de relações concretas que o homem cria na sociedade e através dela, ao longo de seu processo de hominização. (CARLOS, 1994, p. 35)

O trabalho é compreendido então, como a mediação necessária da relação homem-natureza, onde o espaço geográfico surge como produto histórico e social, onde o homem é sujeito;

(...) ele não se relaciona com o espaço, mas o produz, à sua imagem e semelhança, e neste sentido o espaço, num histórico determinado, será produto e condição do processo de reprodução da sociedade(...) O homem é parte integrante da realidade, ao mesmo tempo que seu produtor. Por outro lado, é necessário levar em conta que esse processo vital tem como ponto de partida a necessidade de reprodução da vida e, conseqüentemente, da espécie. Aqui a produção do espaço aparece como reprodução humana. (CARLOS, 1994, p.36)

Assim, o espaço, surge como testemunho de um meio de produzir (que leva em conta o modo de produção e a técnica empregada), ou seja, é “o testemunho de um momento do mundo” (SANTOS, 1978, p. 138).

Logo, a relação entre as mudanças de processos e o espaço se apresenta de maneira dinâmica, possibilitando: a manutenção das formas e da antiga função; o desmantelamento e a substituição de formas anacrônicas; a manutenção da forma e a mudança na função; e por último, a manutenção da forma e o abandono de qualquer função, gerando no espaço urbano formas anacrônicas que não conseguem se manter no presente, devido a um processo de declínio econômico e/ ou funcional que as tornam obsoletas, degradadas e sem função, permanecendo no espaço atual à espera de uma refuncionalização. Estas formas são as que denominamos *brownfields*, e que passaremos a analisá-las com maior intensidade a partir deste momento, já que sua própria concepção ajuda a justificar sua importância.

1.2. *Brownfields*: do conceito original a uma proposta de adaptação

Uma vez apresentada uma visão de espaço geográfico e todas as contradições que a permeiam, avançamos na conceitualização do termo *brownfield*, que representa peça chave na compreensão da dinâmica urbana. Esta tarefa tornar-se-ia difícil não fossem os subsídios apresentados até aqui, isto devido à carência de estudos que contemplem este termo e que levem em conta a realidade brasileira. Esta situação gerou a necessidade de se realizar adaptações no conceito original do termo. Por isto, apresentaremos neste capítulo o conceito de *brownfield*, original e adaptado, bem como sua importância.

A necessidade de se apresentar o conceito original se justifica por mostrar a realidade em que está inserido e o ambiente de sua gênese, possibilitando um

raciocínio mais apurado acerca do papel deste conceito na dinâmica urbana. Esta denominação tem sua origem em estudos realizados na Pensilvânia, EUA, mais especificamente na cidade de Pittsburgh, outrora conhecida como a capital mundial do aço, mantendo esta posição dominante até os anos de 1950. Estes estudos dizem respeito à desativação e abandono de antigas áreas ligadas a estas indústrias, que tiveram um contínuo processo de declínio agravado nos anos oitenta, devido principalmente à falta de investimentos, o alto custo da mão-de-obra e à grande concorrência de produtores estrangeiros. Este processo causou grandes transtornos sócio-econômicos ao local, além de deixar uma “coleção de edifícios e terrenos desocupados e freqüentemente contaminados” (SANCHEZ 2001, p. 25), denominados *brownfields*, que em sua gênese se opõe ao termo *greenfield* (áreas verdes de uso agrícola, florestal ou de conservação). Segundo a United States Environmental Protection Agency (EPA), agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, “*brownfields* são velhas indústrias ou terrenos industriais cujo redesenvolvimento encontra-se estagnado devido à uma potencial contaminação e uma limitada capacidade de demanda para novos usos”⁴. Ou seja, estas áreas apresentam em comum a dificuldade de se encaixar nas necessidades do mercado, principalmente devido à presença de algum passivo ambiental. A presença deste passivo como um obstáculo à reutilização se contrapõe às qualidades locacionais destas áreas abandonadas.

Apresenta-se então, a contraposição entre os problemas presentes em um *brownfield* e sua localização estratégica, traduzida na presença de algum passivo ambiental e uma limitação para novos usos, concomitantes a uma infra-estrutura já implantada, com atrativos locais importantes à sua nova utilização, que acabam por agregar “valor” ao local. Esta característica intrigante é salientada por Muller⁵. Esta

⁴ Trecho retirado junto ao sítio <http://www.epa.gov/swerosps/brownfields/glossary.htm#brow> - último acesso em agosto/2007

⁵ Obra consultada junto ao sítio www.pitt.edu/~cities/brownfields.html (no artigo: “Were is new urbanism in Pittsburgh?” do periódico USA Newsletter, número 1) – último acesso em agosto/2007

idéia de valor, ligada às condições apresentadas pelo espaço analisado, toma dimensões relevantes a partir do instante em que ele reflete de maneira dinâmica a ordem econômica vigente, passando por um processo de intensificação de sua valorização como espaço suscetível a uma nova funcionalização que venha a atender as necessidades ou interesses dessa mesma ordem. Carlos elucida melhor esta questão ao tratar dos processos de valorização do espaço urbano, esclarecendo melhor a idéia de valor.

No caso brasileiro, o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana tem sua fundamentação numa racionalidade que se impõe enquanto “processo autofágico”, onde a demolição dos lugares familiares, para a produção de novas formas urbanas, se realiza aprofundando a segregação, pois expulsam a “população inadequada”⁶, e destroem as referências como elementos definidores da identidade cidadão/cidade que sustenta a memória, pois impõe um novo tempo para a morfologia urbana, agora definida pela necessidade de produção do “novo espaço” dos serviços. (CARLOS, 2004, p.112)

Desse modo, percebe-se que as cidades, ao destruírem tais lugares familiares em função da imposta necessidade de criação de novas formas que atendam à lógica do novo tempo, acabam também destruindo parte de sua identidade, que passa a ser substituída por uma idéia abstrata de cidade enquanto símbolo do moderno, enquanto parte de uma rede global, com um novo valor definido agora em função do mercado mundial. Esta idéia é explicitada por Carlos:

Nessa direção o processo constrói uma idéia abstrata da cidade enquanto símbolo do moderno que aparece, no limite último, pela constituição de uma rede de cidades mundiais, vendidas no mercado enquanto imagem de uma cidade bem administrada; enquanto, no plano do planejamento, faz-se tabula rasa da prática sócioespacial. Nessa direção, a cidade se reduz ao seu

⁶ Nota de rodapé presente em Carlos, 2004, p.115 – Texto do Relatório de Impacto Ambiental – Eia Rima – realizado para a Operação Urbana Faria Lima, São Paulo, Tetraplan.

quadro físico, passível de intervenção, calando o cidadão e transformando-o em usuário de meios de consumo coletivo. Essas transformações ocorrem do seio do processo de constituição do mundial e da construção da cidade enquanto norma. (CARLOS, 2004, p.112)

Das vantagens locacionais, presentes durante a implantação da indústria de aço em Pittsburgh, que podem ser consideradas úteis, podemos destacar o fácil e barato transporte fluvial, além de uma boa infra-estrutura remanescente. Apesar da existência destas vantagens, estas se mostram insuficientes como atrativos para uma reutilização, já que os entraves superam as qualidades.

Nesse sentido, a designação de uma nova função para *brownfields* pode encontrar diversos problemas, de ordem econômica (falta de capacidade do mercado em absorver a oferta), legal (limitações no uso devido: ao zoneamento e à caracterização como patrimônio histórico e arquitetônico) e ambiental (contaminação). Nesta conceitualização, há especial atenção à questão do passivo ambiental, isto porque, se o solo de uma antiga instalação industrial estiver contaminado, alguns, ou mesmo quaisquer usos potenciais podem ser incompatíveis com as condições do terreno.

Segundo Sanchez (2001, p. 18), o termo passivo ambiental pode ser utilizado para descrever “o acúmulo de danos ambientais que devem ser reparados a fim de que seja mantida a qualidade ambiental de um determinado local”, afirma ainda que “a noção de passivo ambiental, que foi tomada emprestada das ciências contábeis, representa, num primeiro momento, o valor monetário necessário para reparar os danos ambientais”, ou seja, quem adquirir uma área degradada ambientalmente, irá adquirir simultaneamente um compromisso com a restauração dos danos infligidos ao meio natural, o que há de tornar a área economicamente inviável, até porque há uma grande dificuldade em se quantificar os custos que um passivo ambiental pode acarretar, tendo-se apenas a certeza de que são valores muito altos.

Estas obrigações ligadas à degradação ambiental, e chamadas de passivos, são oriundas de uma legislação que trata da qualidade do solo, oriundas de legislações anteriores que tratavam da poluição da água e do ar. Essa constante preocupação ambiental nos Estados Unidos, pioneiros na maioria das leis ambientais modernas, ocasionou a aprovação pelo Congresso de diversas leis federais, como a primeira lei a tratar de áreas contaminadas e, portanto da qualidade do solo, denominada CERCLA⁷, mais conhecida como SUPERFUND. Este fundo foi criado para financiar a limpeza de sítios contaminados, buscando recuperar dos responsáveis pela contaminação, os gastos efetuados pelo governo na remediação dos sítios.

Podemos dizer, então, que não é só a contaminação do solo que representa um empecilho para a reutilização destas áreas, de forma direta, como também a possibilidade de ser alvo de ações judiciais com base nesta lei, representando um grande risco para os investidores imobiliários, que apontam tal situação como causa importante do abandono.

Apesar de elucidativo, o conceito original se aplica plenamente à realidade norte-americana e a sua dinâmica espacial. Vários outros países já possuem, ou possuíam, denominações que se assemelham ao recente termo *brownfield*, guardando estas, suas próprias especificidades. Como Sanchez observa:

(...) em língua francesa, geógrafos e urbanistas utilizam o termo 'friche industrielle' para designar esses imóveis. A palavra tem origem nos ramos de atividade agrícola, significando terra deixada sem cultivar (friche). Em inglês o termo equivalente seria 'fallow', mas a palavra não é utilizada no contexto industrial; o termo então empregado é 'derelict land'. [...] Na Alemanha, o termo que ganhou aceitação é 'Altlasten', que literalmente significa 'carga ou peso do passado, herdada'. Dentre estes, destacam-se os 'Altstandorte', ou antigos sítios industriais. (SANCHEZ, 2001, p. 29)

⁷ Comprehensive Environmental Response, Compensation, and Liability Act – 1980

No caso brasileiro, apesar de uma grande diferença que o separa da realidade dos Estados Unidos, principalmente nos aspectos ambientais, optamos pela continuação da utilização do termo *brownfield* na realidade brasileira, isto porque, seu surgimento se deve principalmente, a razões econômicas, tanto no Brasil como nos EUA. Entretanto, são necessárias adaptações ao conceito original, para que este se mostre de maneira eficiente dentro de nossa realidade. A mudança mais explícita no conceito se deve ao fato de que, ao adaptá-lo, a existência de algum passivo ambiental, deixa de ser um requisito para que a área seja considerada um *brownfield*, isto porque, ao contrário dos Estados Unidos, não temos no Brasil uma efetiva aplicabilidade de legislação ambiental que seja capaz de promover a manutenção de formas anacrônicas.

No Brasil, o abandono e a continuidade deste, têm como origem uma não-adequação às necessidades da sociedade e de seus novos meios de produção. Nossa realidade sócio-econômica sempre se apresentou permeada, ao longo da história, por diferentes lógicas de estruturação do território, baseando-se em ciclos econômicos que, ao serem encerrados, deixaram na configuração espacial um grande número de estruturas não-correspondentes à lógica atual do território. Chegamos aqui então, ao conceito⁸ que entende *brownfield* como sendo uma forma espacial ou arcabouço físico-territorial abandonado, contaminado ou não, característico ou possuidor de uma atividade econômica relevante, num determinado período de tempo, passível de refuncionalização.

Utilizando-se todas as idéias abordadas, podemos redefinir então o termo *brownfield* como sendo, formas espaciais dispostas no espaço geográfico, característicos de um momento econômico passado, ou possuidores de uma prévia função econômica, como edificações e instalações, que tiveram seu ciclo de vida interrompido por um processo de declínio econômico e/ ou funcional, por sua vez,

⁸ Conceito apresentado e entendido pelo Grupo de Pesquisa “Análise Territorial com suporte de Geotecnologias”, que envolve docentes e discentes de áreas interdisciplinares ligados à UNESP, campus Rio Claro.

impulsionado por novas dinâmicas econômicas, de escalas regionais ou até mesmo globais, que vieram torná-las obsoletas, degradadas e sem função, necessitando então de uma refuncionalização, já que se mostram no espaço, como entraves espaciais⁹ à espera de uma nova função ou uso.

Soma-se a esta redefinição uma possível categorização dos *brownfields*¹⁰ de acordo com seu uso inicial, sendo estes industriais, comerciais / serviços, agrícolas e até institucionais, sendo que, de acordo com o perfil encontrado no município analisado (Sumaré – SP), enfocaremos com maior intensidade formas oriundas de atividades industriais ou características de um determinado ciclo econômico e industrial predominante em um dado momento histórico importante. A descrição do perfil e das potencialidades encontradas no município, será apresentada mais adiante.

Cabe agora, conforme apontado inicialmente, apresentar a construção do referencial metodológico. Uma vez apresentada a visão de espaço geográfico, que vêm a contribuir com a elucidação do cenário de gênese e reprodução dos *Brownfields*, vê-se agora, após um esclarecimento do termo, quanto à sua origem e adaptação, a necessidade de se interpretar e se construir passo – a – passo este referencial, que poderá servir como orientação para as análises a serem feitas a partir destes. Após este esclarecimento, apresentaremos e analisaremos, com base na metodologia proposta, as formas espaciais que integrarão o estudo, em suas diferentes etapas de análise. Vale também, ao mesmo tempo, apresentar características do município escolhido em tal proposta (Sumaré / SP), buscando em seu perfil e em parte de sua história, apontamentos que elucidem a dinâmica das formas avaliadas.

⁹ Conceito apresentado por LEITE, T.M.C em *Entraves espaciais: Brownfields representados por aterros de Resíduos Sólidos Urbanos desativados no município de São Paulo*. 1995

¹⁰ A partir deste ponto, o termo brownfield passa a ser adotado sempre com o significado mostrado anteriormente (termo adaptado). A adoção do termo em inglês, se deve em função da indecisão na escolha de um termo em português que transmita toda a idéia presente no conceito original (oposição ao termo *greenfield*, passando a idéia de um espaço degradado), e que ao mesmo tempo transmita as idéias que complementaram sua adaptação para a realidade brasileira.

Neste momento, mostrar-se-á a construção do movimento do pensamento que sustentará a abordagem crítica das formas no momento das análises. Espera-se que neste percurso interpretativo, surjam reflexões e apontamentos que nos levem a enxergar com maior clareza a importância do estudo dessas formas, bem como a consolidação do referencial metodológico, como importante ferramenta para futuros estudos de *brownfields*. Para isso, a análise de *brownfields*, com diferentes níveis de refuncionalização, e de espaços funcionais, visará demonstrar os impactos, positivos e/ou negativos, causados pela presença das formas estudadas no atual cenário e dinâmica urbana e espacial.

Fica entendido que a busca de novas soluções ou propostas de novas funções para as formas aqui estudadas, deverá ser feita, pela iniciativa pública e/ou privada, mediante futuros estudos, de forma individualizada, respeitando-se em primeiro plano o interesse da sociedade local. Deverá ser constante, a busca de um equilíbrio com os interesses globais, que por sua vez se mostram, atualmente, como os principais agentes aceleradores do dinamismo urbano, mesmo em municípios de médio porte como é o caso de Sumaré / SP. Este estudo pretende, portanto, se mostrar como um caminho, um amparo teórico e metodológico para futuras pesquisas dentro desta mesma área, para que se possa através destas, apontar soluções. Estas, mesmo que temporárias, possam então modificar e dinamizar as formas e seus respectivos entornos, apresentando, novas perspectivas tanto econômicas quanto funcionais para tais espaços.

Isto tudo, porém, começa a ser entendido a partir do momento em que nos propomos a abordar um pouco do que é a difícil relação existente entre homem e natureza, e como, essa interação se manifesta no espaço geográfico, construindo uma nova natureza, de caráter mais antrópico, o que não significa necessariamente mais equilibrada e/ou racional. A difícil interação homem-natureza e os produtos oriundos desta, viriam a modificar não só o meio ambiente, como a visão da própria ciência como um todo, ao longo dos tempos. A Geografia tem então o difícil papel de

interpretar toda a complexidade envolvida no processo de produção espacial, que se dá por sua vez, fruto dessa complexa interação já citada.

No espaço geográfico atual, principalmente naqueles altamente modificados pelo homem, como nas grandes cidades, percebemos essas manifestações com maior clareza, expondo ao contexto analisado formas anacrônicas e destoantes como os *brownfields*.

Segundo a idéia de Santos (1978, p.130) o espaço geográfico muda com o processo histórico, não necessariamente como um todo, deixando em si mesmo, num mesmo instante, estruturas de diferentes contextos históricos, que podem ou não estar à espera de uma refuncionalização, como os *brownfields*. A estas formas Santos (1978, p. 138) denomina “rugosidades”, que viriam a ser, segundo interpretação de Correa (1986), as marcas do passado que se encontram fixadas no espaço, ou seja, a incorporação do tempo histórico no espaço, na forma de paisagem. Este conceito aparece, em outras obras, como *fraturas* (SOUZA, 2002, p.42), passando a idéia de descontinuidade em relação à lógica atual da produção do espaço.

Encaixa-se neste contexto, um outro processo espacial denominado *inércia espacial*. Inércia é um conteúdo abordado pela ciência física, onde Newton, em sua primeira lei, conforme aponta (TIPLER, 2000, p. 76), diz que: “um corpo em repouso permanece em repouso a menos que sobre ele atue uma força externa. Um corpo em movimento desloca-se com velocidade constante a menos que sobre ele atue uma força externa”. Ao transportar esta definição para o âmbito geográfico, Correa afirmou que:

O processo de inércia atua na organização espacial intra-urbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles. O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas da forma com mudança do conteúdo, pois isso seria, em realidade, o processo de substituição ou invasão-sucessão. (CORREA, 1989, p.38)

Este processo pode ajudar no entendimento dos *brownfields*, porém, torna-se muito relativo, pois a permanência de uma função pode nos parecer a solidificação de um uso, quando, na verdade, se trata de uma refuncionalização. Observa-se então, que as formas se mostram mais resistentes que as funções durante as mudanças no modo de produzir. Essa distinção das inter-relações que surgem na dinâmica desse espaço de ações, fica mais bem esclarecida se levarmos em conta na análise da estrutura espacial, as relações que existem entre as partes que a constituem, reforçando aqui a idéia de se trabalhar ativamente com o todo e com o fragmento, como partes constituintes e inseparáveis, altamente dinamizadas e simultaneamente complementares, já que se interagem e se correlacionam.

Estas partes complementam a base metodológica, sendo necessária uma interpretação da relação dialética entre elas (forma, estrutura, função e processo), já que suas análises permitem a compreensão da totalidade social em sua espacialização.

Desse modo, a metodologia desta pesquisa prevê o estudo de algumas formas espaciais que num primeiro momento serão avaliadas isoladamente dentro de suas próprias dinâmicas, entretanto, não se perderá de vista o contexto urbano mais geral, o qual nos mostrará as integrações, encontros e desencontros das estratégias sociais e econômicas tão importantes no processo de produção espacial.

1.3. Forma, estrutura, função e processo

Avaliando a problemática contida nesta proposta de pesquisa, a indicação de Santos (1997), para a necessidade de se considerar a forma, função, estrutura e processo na investigação e interpretação espacial, pareceu a mais coerente com os objetivos neste momento.

Baseado em Santos (1997, p.50), *forma* pode ser entendida como o aspecto visível de um objeto bem como seu arranjo, passando a constituir um padrão espacial. Torna-se conveniente salientar que não se pode considerar a *forma* por si só, já que incorreríamos em uma análise da forma pela forma, que se mostraria incapaz de permitir a visualização de sua concretização, pois sua essência aparece nos processos e funções que emanam da estrutura. Santos (1997, p.49), aponta ainda que “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções”.

Fica claro, no entanto, que em função da alta mutabilidade e dinâmica, características da ordem econômica e social vigente, nem todas as formas assumem novas funções, como consequência direta e natural dessas mudanças da sociedade. Algumas delas permanecem durante muito tempo, sem função ou com funções totalmente degradantes e incompatíveis com suas formas, apresentando-se perante o espaço social vigente, como formas à espera de uma refuncionalização.

O ato de refuncionalizar, segundo Evaso (1999), implica na alteração da função de uma determinada coisa/ elemento, atribuindo-lhes um novo valor de uso. Manifesta-se aqui que o novo valor de uso atribuído à algumas formas, principalmente se comparado ao valor de uso que a originou, se mostra indevido, incapaz ou insuficiente para trazer coerentemente tal forma ao momento presente, como observaremos no caso da forma refuncionalizada deste estudo (O Casarão Sertãozinho).

É na categoria de lugar que, segundo o autor, são confrontadas variáveis velhas e novas através de introduções e acomodações que produzem novos contextos:

Tais acomodações requerem, às vezes, adequações por parte do espaço construído: demolições (supressões), reformas (superposições) e acréscimos (acumulações). No entanto, a cada contexto também corresponde um conjunto de critérios, que determinam o que demolir, reformar ou acrescentar. As alterações a serem feitas nesse sistema de valores reordenam o conteúdo, atribuindo a cada elemento uma nova posição hierárquica, que é, essencialmente, de cunho funcional. (EVASO,1999, p.34-35)

Propriedades comerciais e industriais transformam-se em *brownfields* porque perdem, por várias razões, sua antiga função, ou seja, seu conteúdo. Fica a forma abandonada até que se façam adequações para torná-la apta a receber uma nova função, porque forma com conteúdo deixa de ser *brownfield*.

Já, a noção de *função*, segundo Santos (1997, p.50), sugere uma “tarefa ou atividade esperada de uma forma”. Correa (1986, p. 76) interpreta a mesma noção como, “uma tarefa, atividade, ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma – e desempenha uma atividade – a função”. A relação entre forma e função dá-se de maneira direta:

(...) uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. E não existe função sem a sua forma correspondente. Daí, não se poder dissociar forma e função no estudo da organização espacial. (CORREA, 1986, p. 77)

Entretanto, esta análise ainda não é suficiente, pois não leva em conta a natureza histórica, o que já constatamos ser fundamental em qualquer análise geográfica, tornando-a uma simples análise de cunho funcionalista.

Para Santos (1997, p. 50), “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”, não possuindo uma exterioridade

imediate sendo entendido como “a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORREA, 1986, p. 77)

Por sua vez, *processo* é definido como “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. (SANTOS, 1997, p.50) Trata-se, então, de uma estrutura em seu movimento de transformação. Dentro deste cenário, a presente pesquisa se preocupa em refletir sobre estruturas que buscam uma nova funcionalização, caracterizada por possuir uma forma anacrônica que se encontra sujeita a um processo globalizante que imprime um célere avanço nas técnicas (atual período técnico, científico e informacional). Forma, estrutura, função e processo são segundo Santos (1997)

(...) quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1997, p.52)

Procurando enriquecer o percurso teórico-metodológico apresentado até aqui, complementaremos nossa abordagem utilizando o método *regressivo-progressivo*¹¹, o qual identifica e recupera temporalidades desencontradas e coexistentes. Ao adotarmos tal método, necessitaremos decompor a situação em três momentos distintos, que serão aplicados durante o estudo de cada forma escolhida. Para cada caso, em um primeiro momento, cabe-nos reconstituir a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que se vê, reconhecendo a complexidade horizontal da vida social. Nesse primeiro momento de caráter descritivo, o tempo de cada relação social ainda não está identificado.

¹¹ Lefebvre apud Martins 1996

No segundo momento, mergulharemos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele, a realidade é analisada, decomposta, caracterizando-o como o momento analítico-regressivo do método, onde se deve fazer um esforço para datar a realidade de forma exata. O que num primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo, se descobre como remanescente de época específica. É nesse momento do método que pode ser necessária a utilização de algumas ferramentas ou técnicas, como é o caso da história oral, vista, por exemplo, como um “instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade.” (MEIHY, 1996, p.14)

O terceiro momento do método é histórico-genético, onde há a necessidade de procurarmos o reencontro do presente, mais elucidado, compreendido, explicado. Ao mesmo tempo, este retorno ao presente mostra o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Assim descobre-se que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais.

Vemos que esse método apresenta a necessidade da busca de um marco, uma ruptura, um momento em que haja uma mudança na racionalidade e na técnica do meio de produção, que por sua vez, apresente o momento da inércia; do abandono.

As formas muitas vezes, podem ser adaptadas para atender plenamente ao atual modo de produção dominante. Neste contexto, os objetos de estudo se constituem como formas anacrônicas e desprovidas de função, que devem ser novamente inseridas no modo de produção. Este método¹² tende a nos levar à descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, de necessidades insuficientemente atendidas, de virtualidades não realizadas. No caso

¹² Este método será utilizado neste trabalho de pesquisa com o intuito de dar o tom no movimento do nosso pensamento, partindo do presente, descobrindo o marco da mudança por meio da retrospectiva histórica de cada objeto e reencontrando o presente procurando elucidá-lo. Vale ressaltar que o método não funcionará como uma “camisa de força” e nem delimitará nosso arcabouço teórico, nesse primeiro exercício metodológico, ele apenas guiará nossa análise das três formas espaciais aqui destacadas.

desta pesquisa, nos ateremos à condição de análise de objetos presentes em Sumaré, importante município paulista localizado na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e distante 115 Km da metrópole de São Paulo, conhecido como um dos municípios mais industrializados da RMC¹³, bem como do próprio estado de SP.

¹³ RMC – Região Metropolitana de Campinas

2. O GLOBAL-LOCAL NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ – SP

Segundo o que já foi exposto ao longo desta pesquisa, notamos a primordial importância que tem a relação do movimento de alteração e permanência das formas espaciais no espaço geográfico, em função do dinamismo transformador do atual estágio do sistema capitalista, responsável pela composição de um espaço de objetos/elementos de diferentes períodos. Pretende-se aqui, complementar a idéia transformadora da globalização, justificando também a importância do Município de Sumaré – SP (figura 1), como importante município do interior de São Paulo (ver mapa 1), de relevante industrialização, que se mostra como um espaço cuja interferência dos agentes globalizantes do espaço e da economia são latentes.



Figura 1: Vista aérea parcial do município de Sumaré – SP - 2000

Fonte: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_10/Reg10_Sumare.htm#



Mapa 1: Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para a RMC. No detalhe, o município de Sumaré

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Adaptação: ORDENES, A.F.U.

Vale, ainda, neste momento, ressaltar com mais clareza aspectos e definições da relação global-local, tão presente e influente no dinâmico tecido urbano sumareense. A globalização - assim como o atual meio técnico, científico e

informacional – expõe a economia e, por que não, a sociedade atual à dialética do local e global.

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em “sistema-mundo” de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos.(...) Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (SANTOS, 2005, pg. 145)

Dessa forma, a sociedade atual encontra-se no centro de uma aparente disputa de forças que tem por um lado uma ordem global e por outro a ordem local, estas, mesmo sendo intrinsecamente opostas, compartilham aspectos, produzindo concomitantemente alterações no espaço. Dentro desta complexidade onde “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2005, pg. 170), é que mostraremos os objetos a serem estudados durante a pesquisa. Antes porém, vale apontar algumas características do atual estágio do capitalismo e sua influência no espaço geográfico brasileiro, transformando em ritmo acelerado os tecidos urbanos das grandes metrópoles, como São Paulo e de cidades médias, como Sumaré, no interior do Estado de São Paulo.

Entre os fatores que ajudaram a consolidar o sistema capitalista transnacional monopolista estão: a internacionalização do sistema de produção industrial, dispersão geográfica de grandes corporações sediadas nos países desenvolvidos, emergência de uma nova Divisão Internacional do Trabalho e/ ou da produção e o surgimento de países de industrialização recente, como é o caso do Brasil. A internacionalização do sistema produtivo foi acompanhada por avanços simultâneos como os ocorridos nos meios de comunicação e de transportes; obtenção, processamento e transmissão de

informações e a disjunção espacial das atividades produtivas. A globalização trouxe, portanto, uma rede de dependências de caráter mundial, enquanto as instituições passíveis de controle político não conseguem acompanhar esse ritmo, assim como não acontece o surgimento de algo que se assemelhe a uma cultura realmente global.

A globalização contribuiu também para a redução dos poderes estatais em termos de regulamentação dos fluxos de capital, deixando para os interesses gerados pelo mercado, o papel principal neste cenário, de intensas e cada vez mais aceleradas transformações. Na avaliação de Carlos (1996, p.5), as profundas transformações ocorridas na modernidade não acarretam na anulação do espaço, mas sim em sua reafirmação, já que “no espaço se encontram a brecha objetiva (sócio-econômica) e a brecha subjetiva (poética)”. Entre os fatores que caracterizam o espaço atual estão a desigualdade e os obstáculos, o que torna “o lugar e o meio das diferenças”. Já o tempo se transformou, comprimindo-se. “O tempo do percurso é outro, compactou-se de modo impressionante, mas as distâncias continuam, necessariamente, a serem percorridas – por mercadorias, fluxos de capitais, informações, etc” analisa Carlos (1996, p.14).

Assim sendo, podemos dizer que a redução do tempo na produção não teria validade se não viesse acompanhada por uma redução no tempo de circulação, seja de mercadorias, pessoas e informações. “A produção hoje possui dois tempos, um deles vinculado ao tempo de circulação” (RIBEIRO, 1988, p. 43). A partir daí, justifica-se parte da necessidade criada pela nova lógica de produção, de buscar expansão rumo a novos territórios ou regiões, incentivando a aceleração da desconcentração industrial das grandes metrópoles, espraiando muitas indústrias para novas regiões, que começam então a estruturar seus espaços em busca de uma inserção recompensadora e condizente com os anseios de desenvolvimento econômico do município ou da região.

Neste contexto, passamos a observar o interior do estado de São Paulo, como um dos novos espaços, símbolos da nova realidade imposta. É neste espaço que encontramos Sumaré / SP, município que aponta em sua história, fortíssimas relações

com o dinamismo imposto pelo sistema capitalista, trazendo para si importantes transformações e expansões em seu espaço urbano, além de uma espantosa evolução demográfica. Sumaré localiza-se a oeste da RMC – Região Metropolitana de Campinas e ocupa uma área de 156 km², correspondendo a 4,2 % da área total desta região. Limita-se a leste com Campinas, a sudeste com Hortolândia, ao sul com Monte Mor, a norte e noroeste com Nova Odessa, a sudoeste com Santa Bárbara D'Oeste e a nordeste com Paulínia, distanciando-se 125 km de São Paulo e 25 km de Campinas.

A evolução demográfica e conseqüente expansão da mancha urbana só é entendida no contexto da evolução econômica correspondente do município e da região de Campinas. A RMC (Região Metropolitana de Campinas) constitui hoje a principal área industrial do estado, fora da RMS (Região Metropolitana de São Paulo), e é também um dos mais importantes espaços de produção agropecuária paulista. Sua rede urbana é a mais desenvolvida do interior, contando com vários pólos industriais e de serviços importantes. No âmbito dessa rede de cidades, Sumaré assumiu uma especialização que a distingue dos demais centros urbanos regionais, comportando-se quase como cidade-dormitório¹⁴, possuindo base econômica importante regionalmente, porém pouco integrada, absorvendo em grande escala população de baixa renda,

2.1. Características gerais de Sumaré - SP

Sumaré se situa em região privilegiada dentro da RMC, junto a entroncamentos rodo-aéreo-ferroviários. Dentre as Rodovias destacamos a SP 330 (Via Anhanguera), a Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia Dom Pedro I, SP 101, SP 304 (Luiz de Queiroz), Rodovia Santos Dumont (Campinas – Sorocaba), além de malha ferroviária de carga (FERROBAN). Dispõe ainda de Terminal de Cargas e de Terminal Alfandegário, integrado ao Terminal de Cargas de Boa Vista. Tal perfil propicia o rápido escoamento

¹⁴Negreiros, Rovena e Teixeira, Marina Piason (NESUR - Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional) in Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas - volume 17 Sumaré

da produção, incentivando a instalação de empresas no município, muitas vezes próximas destes eixos.

Até 1991 o município de Sumaré era composto pelos distritos da Sede, de Nova Veneza e de Hortolândia. Em razão das características de seu crescimento, Hortolândia se emancipa através de plebiscito em 1992, tornando-se Município em 1993.¹⁵ Segundo o Censo Demográfico de 2.000, sua população era de 196.055 habitantes, ou seja, 8,4% da população da RMC, estimando-se atualmente uma população de cerca de 231.000 habitantes.

A área urbana se estrutura principalmente ao longo da Rodovia Anhanguera (SP330) e de seus acessos; a Rodovia dos Bandeirantes (SP354) recorta a zona rural em área de mananciais, e a ferrovia atravessa seu território no sentido sudeste-noroeste dividindo sua área central.

A origem de Sumaré¹⁶ está ligada à cidade de Campinas e ao Ribeirão Quilombo. Inicialmente área de sesmarias, sofreu sucessivas divisões entre herdeiros, até constituir-se em fazendas que produziam principalmente café. Vários fatores fizeram com que as fazendas de fraca produção, largadas pelos proprietários em busca de terras mais rentosas, se subdividissem logo em pequenos sítios, vendidas a imigrantes estrangeiros ou a agricultores brasileiros, como por exemplo, as Fazendas São Francisco, Quilombo, Candelária. Outras, como as fazendas Palmeiras, Paraíso, Velha, Pinheiros, Sertãozinho, São Bento e São Luiz foram compradas pelo governo do Estado que as subdividiu em lotes e as vendeu a imigrantes italianos, russos, alemães, portugueses, entre outros.

Duas estradas que ligavam Campinas a Limeira cortavam a região do Quilombo: a Estrada Velha e a Estrada dos Fazendeiros; por elas passavam tropas, mascates, negociantes, sendo que a Estrada Velha permanece como eixo rodoviário

¹⁵ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sumar%C3%A9>

¹⁶ Os dados históricos aqui citados se baseiam em dados coletados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e junto ao sítio: <http://www.sumare.sp.gov.br> – último acesso agosto de 2007

da região (Via Anhangüera). Além disso, caminhos se cruzavam no município para unir Monte-Mor, Santa Bárbara, Piracicaba.

A construção do ramal ferroviário, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, de Campinas a Rio Claro com a finalidade de escoar a produção de café, fez surgir em torno da Estação Ferroviária, inaugurada em 08 de agosto 1875, um núcleo de povoado chamado Rebouças, aglutinando em seu entorno pequeno comércio. Ao redor da Estação vão nascendo as casas. Paralela à linha do trem se forma a primeira rua: a rua da Estação. Lentamente mais casas vão surgindo, mais ruas simetricamente dispostas. A Estrada de Monte-Mor vai virando rua, a primeira perpendicular à Estação. Nascia o povoado. Nascia Rebouças. (TOLEDO, 1995 p.17)

Registra-se que o povoado começou na atual área central, com poucas construções simples de madeira, ligeiramente afastadas umas das outras, por volta de 1860 a 1870. Francisco Antônio do Valle, Joaquim Duarte, Basílio Guidotti, João Bravo, Guilherme Muller, o fazendeiro Domingos Franklin Nogueira, são considerados os patronos da fundação de Sumaré.

Oficializou-se como data da fundação da cidade o dia em que teria sido inaugurada a primeira capela do povoado, em 26 de julho de 1868, sob a invocação de Sant'Ana. A implantação da ferrovia significou um incremento à economia local e acelerou o crescimento da lavoura, atraindo para Rebouças novos proprietários. Interessante observar que

(...) para regularizar o crescimento dos bairros, em 1894 a Câmara Municipal de Campinas publicou a Lei nº 29, segundo a qual nenhum prédio poderá ser construído ou reconstruído nos bairros suburbanos e nos Arraial dos Souzas, Valinhos e Rebouças e outros existentes e que no futuro se formarem, sem que proceda licença do poder executivo municipal, à vista do requerimento do proprietário, empreiteiro da obra ou interessado. (TOLEDO, 1995 p.18)

Além do café, o algodão, o engenho de cana e a extração de madeira eram atividades econômicas que geravam riqueza e possibilitaram que em 16 de dezembro de 1909, o povoado se tornasse distrito do Município de Campinas. A área atualmente

ocupada pelo distrito de Nova Veneza originou-se de uma fazenda de mesmo nome pertencente ao governo estadual que, em 1910, a subdividiu em várias glebas e a repassou a imigrantes. No entanto, sua consolidação como Distrito de Sumaré teve origem com a implantação da Anhangüera, pois se localizava aí o acampamento dos operários responsáveis por sua construção, sendo sua ocupação consolidada com a aprovação de parcelamentos do solo na década de 1960 (figura 2).



Figura 2: Foto aérea da região de Nova Veneza - década de 60

Fonte: Fundação Pró-Memória – julho de 2007

Observa-se na figura 2 uma tendência à concentração espacial ao redor do eixo da Rodovia Anhangüera, importante via de escoamento da produção industrial desde a época referida. Se compararmos a ocupação do espaço urbano do município na década de 1960 com o início deste século XXI (figura 1), notamos a imensa transformação do terreno urbano, revelando uma incrível velocidade na transformação sócio-econômico-espacial ocorrida em Sumaré, que tem como um de seus diferenciais, ser justamente um dos municípios que mais cresceu e continua crescendo em todo o país. Esse forte crescimento ocorre principalmente no período de

incentivo à industrialização, promovido pelo governo federal, que tem início a partir do final da década de 1940.

Enquanto prevaleceu a agricultura como forma produtiva, o núcleo urbano não sofreu alterações significativas. Entretanto, na segunda metade da década de 40 com o incentivo do governo federal, empresas multinacionais se implantam em Campinas e região.

Assim, em 1946 a 3M se instala junto ao caminho de Limeira, iniciando o processo industrialização do Município que se intensificaria a partir da década seguinte. Dezenas de outras indústrias seguiram o mesmo caminho, impulsionando o desenvolvimento do Município. (TOLEDO, 1995, p.24)

Com tal desenvolvimento industrial, “promovido essencialmente pelas indústrias de capitais exógenos ao município”, conforme aponta Mendes & Sampaio (1992, p. 71), atingiu um nível recorde de industrialização, justamente na região mais desenvolvida e industrializada do interior paulista, superando, inclusive, alguns municípios próximos com industrialização mais antiga e com maior tradição.

O processo de industrialização de Sumaré, só pode ser compreendido, segundo considerações apontadas por Mendes & Sampaio (1992, p. 71),

(...) se forem consideradas as transformações econômico-geográficas que aconteciam, simultaneamente, em âmbito mundial, nacional e regional. O processo não foi endógeno, desencadeado por agentes e/ ou forças locais, pelo contrário, desenvolveu-se induzido por agentes externos, de fora para dentro. (MENDES & SAMPAIO, 1992, p. 71)

Segundo os mesmos autores, Mendes & Sampaio (1992, p. 71), Sumaré assumiu um papel específico na divisão internacional e nacional do trabalho, com uma produção mais direcionada aos mercados mundiais, o que lhe confere uma condição de “entreposto industrial” ou “plataforma de exportação”. Para reforçar tal vocação,

acrescenta-se aí a excelente posição geográfica do município no interior do Estado, em uma região industrial já constituída como “campo aglomerativo” (Azzoni, 1985 apud Mendes & Sampaio 1992, p. 72), que funciona como fator atrativo e faz Sumaré “ser atingida pela onda industrializante que, da metrópole, se espraia em várias direções para o interior”. (Mendes & Sampaio 1992, p. 72).

A industrialização cresce com a instalação de novas e grandes empresas, trazendo como consequência a abertura e implantação de novos loteamentos no então distrito.

Em 30 de dezembro de 1953, Sumaré se emancipa de Campinas, período em que muitas indústrias nacionais e estrangeiras se instalaram na cidade, provocando profundas mudanças sócio-econômicas e atraindo muitos imigrantes, o que resultaria em acréscimo populacional significativo. O número de habitantes quase dobra e a população urbana supera a rural. (TOLEDO, 1995, p.32)

Até a década de 1960, o município cresceu moderadamente, de forma dispersa ao longo da ferrovia e da Rodovia Anhanguera: na área central a ferrovia era o limite da urbanização, sendo que as colinas após a várzea do Quilombo possuíam características rurais. Esse crescimento acelerado, observado nas décadas posteriores, se deu de maneira desordenada, permeando em sua maior parte, as margens da rodovia, já que apesar da grande importância histórica para o município e para a região, a ferrovia, vinha perdendo sua importância e atividade. Esse declínio da ferrovia, que corta a cidade, em sua parte central, gerou na mancha urbana, alguns vazios, descontinuidades no crescimento do aparato urbano, como já se começa a observar na figura 3. Vale apontar, que uma das formas aqui estudadas (Antigo Moinho Universal), localiza-se justamente num desses vazios.¹⁷

¹⁷ A verificação das razões da perda de funcionalidade da forma citada (Antigo Moinho Universal), serão analisadas no próximo capítulo “Estudos de Caso”



Figura 3: Foto aérea da região central em 1966.

Fonte: Fundação Pró-Memória – julho de 2007

Apesar da origem de Sumaré estar vinculada à ferrovia, foi a prevalência do automóvel como forma de transporte e as condições de circulação que condicionaram seu desenvolvimento urbano e as formas específicas de uso e ocupação do solo. A ferrovia (antiga Fepasa - Ferrovia Paulista S/A), que recorta o Município de sudeste a noroeste, foi terceirizada, sendo atualmente administrada pela FERROBAN, havendo somente transporte de carga. A antiga estação está desativada restando ativo somente o Terminal Graneleiro.

A rede viária básica do Município estruturou-se a partir, principalmente, da Rodovia Anhanguera (SP 330), permitindo acesso rápido e fácil às principais cidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas e possibilitando também a interligação com a Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia D. Pedro I e com a Rodovia Luiz de Queiroz. No trecho em que a SP 330 atravessa Sumaré, além das indústrias que estão aí localizadas, uma série de estabelecimentos de serviços de grande porte – como transportadoras, postos de gasolina, restaurantes, revendedores de veículos,

principalmente caminhões – contribui para a geração de tráfegos local e regional, de proporções consideráveis.

Concluído em 2001, o prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes (SP 348), a partir de Campinas até Cordeirópolis, constitui importante alternativa de tráfego entre Campinas e os municípios situados na porção nordeste da RMC, como Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara D'Oeste. Em Sumaré, a SP 348 atravessa toda a área rural e de proteção de mananciais a sudoeste da cidade.

Além das rodovias citadas, integram também de maneira importante o sistema de vias do município¹⁸:

- SP 330/115 (Rodovia Virgínia Viel Campo Dall'Orto) – acesso principal da região central à Via Anhanguera;
- Avenida Rebouças – interligação regional entre Sumaré, Nova Odessa e Americana;
- SMR 346 (Avenida João Argenton) - interligação regional da Sede com Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara;
- SMR 020 (Estrada Municipal Teodor Cundiev) – interligação da Sede com o Município de Hortolândia;
- SMR 330/111 (Rodovia José Louzano Araújo) – Interligação da Via Anhanguera com Paulínia;
- Avenida Minasa – ligação da Via Anhanguera à região do Matão e à SMR 330/111;
- Avenida Vereador Antônio Pereira de Camargo Neto – ligação entre a Via Anhanguera e à região do Jd. Dall'Orto e Jd. Maria Antônia;
- SMR 040 (Estrada Municipal Norma Marson Biondo) – ligação da região central à Rodovia dos Bandeirantes e o Município de Monte Mor;
- Avenida da Amizade – ligação da região central à região de Nova Veneza e Via Anhanguera;

¹⁸ Fonte: Guia de ruas da Região Metropolitana de Campinas, 2006 – <http://www.digicampmapas.com.br> – último acesso em agosto de 2007

- Avenida Emílio Bosco – interligação de praticamente todos os loteamentos da região do Matão;

Porém, em razão das facilidades de deslocamentos ocasionada pela melhoria das condições de tráfego da Anhangüera, dos baixos custos da terra e das políticas de incentivo fiscal praticadas pela municipalidade, além do processo de interiorização da economia promovido pelo Governo do Estado, acentuou-se o processo de industrialização. Para lá se dirigiram indústrias que ocuparam grandes porções de terra.

No início da década de 1960 são inauguradas: Texcolor, Eletrometal, Minasa, Granjas Ito, Soma, Ultrafertil. Na década seguinte, outras indústrias somaram-se às já instaladas: Pirelli S/A, Cobrasma – Braseixos, IBM do Brasil. Destas, somente a Soma localizava-se próxima à área Central, sendo que a maioria localizava-se ao longo da Rodovia Anhangüera e na região do então distrito de Hortolândia.

A partir da década de 1970, intensifica-se, junto ao processo de industrialização, a aprovação e implantação de novos loteamentos, em sua maioria populares, caracterizando uma urbanização periférica, forma de ocupação também predominante em outros municípios da região. De 1975 a 1982 o número de loteamentos implantados foi crescente, atraindo migrantes de várias regiões do país e do interior do Estado de São Paulo, devido ao baixo preço dos lotes e oportunidade de emprego nas novas indústrias da região, transformando Sumaré numa cidade-dormitório. “A população de Sumaré saltou de 23.054 habitantes para 101.872, um aumento de 341% , ou seja, 16% ao ano. A região de Campinas no mesmo período teve um crescimento de 82%”, aponta Toledo (1995, p. 36)

O desenvolvimento de Sumaré acha-se intrinsecamente ligado aos processos migratórios: inicialmente imigrantes que trabalhavam nas culturas do café e posteriormente migrantes oriundos de várias partes do país em busca de trabalho ou moradia. Esta transformação de Sumaré, observada desde a época das fazendas de café, veio moldando a estrutura urbana do município. A transição de um perfil agrícola

do município (ciclo do café) para um perfil industrial, alterou a organização espacial de Sumaré, gerando inclusive nessa transição, o surgimento de algumas formas espaciais que passam a perder sua funcionalidade e aparecem como formas residuais de um tempo passado. Esse é o caso de outra forma analisada nesta pesquisa (Casarão Sertãozinho).

O processo de industrialização acarretou a intensificação do processo de urbanização e o conseqüente aumento da participação da população urbana sobre o total, ou seja, enquanto em 1.950 apenas 26,6 % da população encontrava-se na zona urbana, em 1.960 este percentual elevou-se para 44,9% e em 1.970 para 66,3 %. Por outro lado, a taxa geométrica de crescimento da população rural manteve-se constante neste período e foi de 3,02 %.¹⁹

Tabela 1: Evolução da população urbana e rural

Ano	Total (habitantes)		Distrito Sede (hab.)		Hortolândia (hab.)		Nova Veneza (hab.)	
	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural
1960	5.343	5.320	4.208	1.764	662	1.999	473	1.557
1970	15.257	7.797	11.755	2.241	4.630	2.582	1.478	2.962
%	185,5	46,50	179,3	27,0	209,3	29,1	212,4	90,2

Fonte: IBGE, 2004

Tabela 2: Evolução da População nos Distritos

Ano	População (hab.)			
	Sede	Hortolândia	Nova Veneza	Total
1.950	2.059	1.960	1.672	5.691
1.960	5.874	2.617	1.997	10.488
1.970	13.996	4.635	4.443	23.074
1.980	35.070	33.801	34.001	101.872

Fonte: IBGE, 2004

¹⁹ Fonte: <http://www.sumare.sp.gov.br> – último acesso em agosto de 2007

Analisando a tabela acima relativa à evolução da população de Sumaré por Distrito, verificamos que:

- entre 1960/1970 a população mais que dobrou (120%), sendo que o Distrito Sede foi o que mais cresceu;
- no período seguinte, entre 1970/1980, houve uma explosão do crescimento demográfico (442%), período em que houve um maior número de loteamentos aprovados indiscriminadamente em descontinuidade à mancha urbana existente.

A partir da década de 1970 intensifica-se o processo migratório, correspondendo nesse período a cerca de 70% da população, “na sua grande maioria, população de baixa renda, oriunda do interior de São Paulo, Paraná, Região Nordeste e Minas Gerais, prendendo-se a sua fixação à demanda por novos empregos e à esperança de melhores condições de vida numa região em franco desenvolvimento.”

20

A década de 70 foi para Sumaré uma década turbulenta, pois aí o município

(...) sofreu as mais profundas alterações em sua estrutura física, social e econômica, mudando totalmente os rumos de sua história. Os estudiosos que se debruçarem, futuramente, sobre o passado de Sumaré, ficarão assustados com a revolução acontecida nessa década. Muito mais do que nós, eles terão a perspectiva do tempo para análises mais objetivas e abrangentes. (Toledo, 2005, p.48)

Também na “década de 1980, a intensificação dos fluxos migratórios foi a principal determinante do crescimento populacional, respondendo por 77% do aumento populacional.”²¹

²⁰ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - 2003

²¹ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - 2003

No período de 1991 a 2000, a participação da migração no crescimento absoluto da população ainda é significativa, da ordem de 53,2%. “No contexto regional, Sumaré se destaca por estar desde 1980 entre os três maiores municípios da RMC, com população superior a 100mil habitantes, tendo atingido em 2.000 quase 200 mil habitantes, mesmo com o desmembramento de Hortolândia, ocorrido em 1992, que causou perda de pouco mais de um terço de sua população. Ainda assim é o segundo maior da RMC”²²

A tabela 3 demonstra a manutenção do elevado saldo migratório no Município desde os anos 70 do séculoXX.

Tabela 3: Evolução da População - 1950 a 2000

Ano	População Total	Taxa Anual de Crescimento
1.950	5.850	-
1.960	10.663	6,19%
1.970	23.054	8,02%
1.980	100.589	15,87%
1.985	145.103	7,60%
1.990	208.143	7,48%
1.995	162.098	5,41%
1.999	186.205	3,52%
2.000	192.722	3,50%

Fonte: IBGE, 2000 / Obs: Até 1.990 inclui Hortolândia

Tabela 4: População do Município de Sumaré por região, anos 2000 e 2002

Região	População (hab) em 2.000	População (hab) em 2.002
Centro	38.148	40.569
Picerno	22.597	24.025
Nova Veneza	28.358	30.150
Maria Antonia	29.107	30.946
Área Cura	46.250	49.179
Matão	31.595	33.592
TOTAL	196.055	208.445

Fonte: IBGE, 2002

²² NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

A adoção de uma política de incentivos pela Prefeitura Municipal, notadamente através da Lei Municipal nº. 313 de 5 de setembro de 1961²³, que previa isenção de impostos, associados à oferta de terras com preços mais acessíveis em relação à outras cidades à margem da Anhanguera, possibilitou que em menos de 10 anos quase 300 indústrias se instalassem no Município, ocupando muitas vezes terrenos utilizados pela agricultura.

Conforme apontado por estudo realizado pelo NESUR (Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - UNICAMP), a industrialização e a urbanização da RMC se deram de forma distinta das principais metrópoles nacionais. As intensas transformações geradas pela interiorização da indústria na década de 1970 não se restringiram a Campinas, consolidando em seu entorno uma aglomeração urbana, onde além do pólo regional também conferiu a outros municípios próximos uma base econômica importante e dinâmica, tanto industrial quanto agrícola, configurando uma estrutura diferenciada daquela das demais regiões metropolitanas brasileiras, geralmente caracterizadas pela presença de um Município-sede, dotado de estrutura produtiva sólida, cercado de vários municípios-dormitório.²⁴

Vale ressaltar que neste período os loteamentos eram implantados sem a devida infra-estrutura, onde as únicas exigências do Poder Público eram as aberturas das vias, a instalação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica.

A falta de infra-estrutura aliada à grande oferta de terrenos propiciou a venda de lotes a preços baixos, atraindo uma população de baixa renda e sem qualificação, trazendo como conseqüências graves problemas urbanos e sociais que permanecem até os dias atuais. (TOLEDO, 1995, p.38)

A tabela 5 demonstra, entre outros dados, o número de lotes aprovados no período:

²³ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

²⁴ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

Tabela 5: Lotes aprovados por períodos administrativos (1875 a 2004)

Períodos (por administração)	Loteado (m²)	%	Ruas (Km)	Lotes	%
Distrito de Campinas - 1875 a 1954	2.356.757,10	8,09	40,54	3.345	5,45
Padre José Giordano - 1955 a 1958	3.553.368,55	12,20	60,23	6.008	9,78
Dr. Leandro Franceschini - 1959 a 1962	315.700,00	1,08	6,20	664	1,08
José Miranda - 1963 a 1966	377.558,20	1,30	8,10	1.452	2,36
João S. Franceschini - 1º mandato - 1967 a 1969	493.466,00	1,69	9,18	1.053	1,71
Aristides Moranza - 1969 a 1972	263.294,74	0,90	7,49	518	0,84
João S. Franceschini - 2º mandato - 1973 a 1976	1.997.848,79	6,86	36,04	6.300	10,26
Paulo Célio Moranza - 1977 a 1982	14.278.193,37	49,02	261,95	32.147	52,34
José De Nadai - 1983 a 1988	-	-	-	-	-
Paulino José Carrara - 1989 a 1992	-	-	-	-	-
José De Nadai - 1993 a 1996	348.438,60	1,20	5,55	693	1,13
Antônio Dirceu Dalben - 1997 a 2004	5.143.142,42	17,66	87,27	9.244	15,05
Total	29.127.767,77	100,00	522,55	61.424	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré, 2006

Foi principalmente no período destacado na tabela 5 que se solidificou o processo de industrialização nos distritos de Nova Veneza e Hortolândia, passando a área Central a desenvolver atividades do setor terciário. No caso das formas estudadas nesta pesquisa, as três se encontram na área Central do município.

Apesar da posição privilegiada com relação à arrecadação de ICM e de outros tributos, a cidade apresentava problemas urbanos associados à falta de infraestrutura, em especial ao abastecimento de água, razão pela qual na década seguinte, mais precisamente a partir de 1983, houve uma diminuição no ritmo de crescimento. Isto se deu principalmente com a mudança da legislação sobre Parcelamento do Solo, onde o Poder Público passou a exigir toda a execução das obras de infra-estrutura (guias, sarjetas, pavimentação, iluminação pública, rede de esgoto, abastecimento de água, etc.), responsabilizando e onerando o loteador, conseqüentemente tornando menos vantajoso a implantação destes empreendimentos no município.²⁵

²⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Os crescimentos tanto do urbano como populacional foram vertiginosos em Sumaré, o que acabou gerando sérias implicações sócio-econômicas (aumento da criminalidade, desigualdade social, etc.). No plano espacial observa-se o surgimento de favelas, falta de habitação, invasões de terrenos e deficiência por parte do poder público, em manter, aumentar e/ ou suprir a infra-estrutura básica tanto para a população, quanto para algumas indústrias, o que para parte delas, se mostrou com argumento suficiente para migrarem para outros municípios ou regiões. Entretanto, é importante ressaltar que não é o único e decisivo fator de saída de algumas indústrias, já que conforme o que foi apontado neste trabalho, a própria lógica capitalista de competição e de busca pelo lucro, observada em caráter global e local, e o dinamismo desta mesma, fazem com que algumas corporações deixem para trás suas instalações. É aí que podem surgir as formas abandonadas e degradadas, como é o caso das formas a serem analisadas a seguir.

3. ESTUDOS DE CASO – ENTENDENDO OS BROWNFIELDS

O objetivo central deste capítulo é a apresentação dos objetos escolhidos para investigação, seguindo o percurso metodológico proposto por Lefebvre. Neste sentido estão previstas as análises de três objetos: um deles não refuncionalizado, um outro com uma refuncionalização em andamento e um último já refuncionalizado. Em estudos geográficos esse método foi usado com êxito por alguns autores. Seguem-se então alguns dos usos desse método:

- COSTA, em 2003, em sua tese de doutorado utilizou o método para analisar o centro de Recife e suas formas comerciais;
- ORTIGOZA, em sua tese de doutorado, em 2001, quando analisou a questão do tempo e do espaço da alimentação na metrópole paulista;
- RIGO, em 2000, em seu mestrado, quando analisou as grandes redes varejistas e suas estratégias econômicas e locacionais no estado de São Paulo.

Esta pesquisa configura-se então como mais uma aplicação do mesmo. Neste sentido, vale destacar que cada *brownfield* será analisado, seguindo orientação do método que prevê três momentos específicos de cada caso.

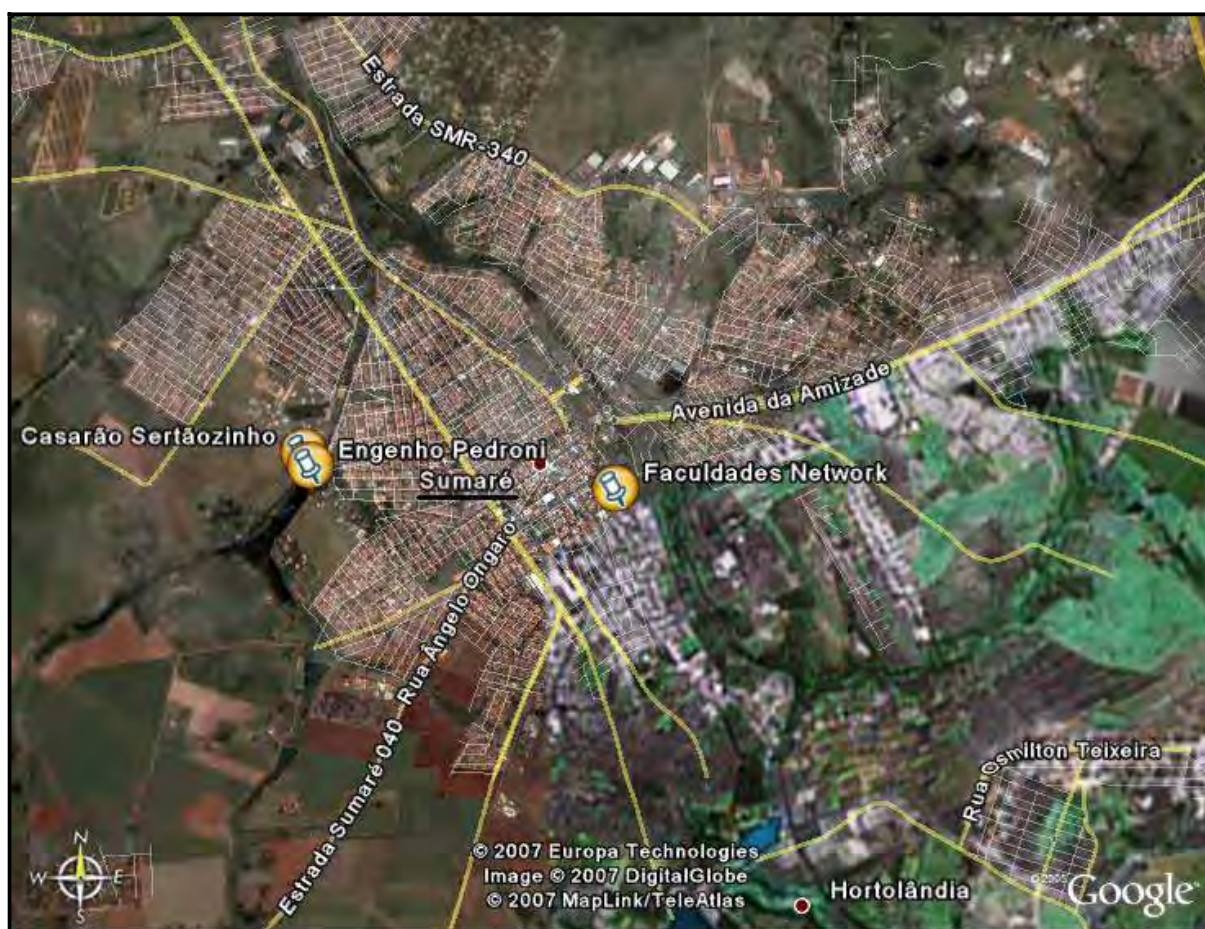


Figura 4: Imagem de satélite do município de Sumaré (em destaque, os objetos a serem analisados: Engenho Pedroni, Casarão Sertãozinho e Faculdades Network)

Fonte: programa Google Earth - 2007

3.1 – Engenho Marcelo Pedroni: descrevendo o presente

O objeto em questão abriga o Engenho Marcelo Pedroni, que se encontra abandonado e degradado, sem qualquer indício de refuncionalização. Este primeiro momento da análise, conforme indicado é aquele da elucidação do problema, apontado por Lefebvre (momento descritivo), onde será explicitada a situação do objeto. Esta descrição envolve sua situação atual, sem qualquer preocupação de se identificar o tempo de cada relação social que o compõe, mas não se trata de uma

descrição pura e simples do fato, pois o olhar do pesquisador tem de estar teoricamente informado.



Figura 5: Imagem de satélite com a localização do Engenho Marcelino Pedroni

Fonte: programa Google Earth - 2007

No centro da imagem da figura 5, encontra-se o Engenho Marcelino Pedroni. Parte de sua estrutura original foi demolida, devido ao alto grau de abandono observado, ao longo do tempo. Segundo informações coletadas em campo através de entrevistas²⁶, um importante membro da Família Pedroni, atenta para a situação atual do engenho, que segundo ele poderia encontrar-se num estágio de degradação muito maior, caso o Departamento Autônomo de Águas e Esgotos (DAAE), não atuasse no local, cercando e protegendo a área, que, como observamos na própria figura 5,

²⁶ Será resguardada a identidade dos entrevistados. A história oral surge como um dos principais instrumentos na busca de informações que descrevem as formas estudadas, principalmente seu momento passado.

localiza-se às margens de um importante reservatório de água da cidade (Represa Marcelo Pedroni), controlado e administrado atualmente pelo próprio DAAE²⁷.

“A sorte é que o DAAE acabou intervindo aqui, senão a situação estaria muito mais complicada (...). Isso aqui ficou largado por uns 20 ou 25 anos. Era um lugar feio, cheio de lixo, entulho, gente usando drogas. Aí o DAAE cercou toda essa área. Acho que o lixo estava sujando a represa, que é de onde eles tiram a água pra maior parte da cidade. Aí melhorou, porque ninguém mais pode entrar, assim, livremente no terreno.”

Este relato, demonstra parte de um momento do atual estágio de abandono em que se encontra a forma estudada, já que, mesmo se tratando de uma forma ainda abandonada e sem funcionalidade, a aceleração de sua degradação foi diminuída em função da atuação de uma determinada instituição. Seguem-se então algumas imagens e informações que contribuem para revelar a situação do objeto (momento presente); uma forma abandonada e degradada à espera de uma refuncionalização que venha a alterar seu estado de estagnação econômica e social. Forma esta que teve durante num momento passado, intensa atividade, obviamente em uma outra realidade e momento histórico e econômico.

A figura 6 mostra, por exemplo, duas imagens da forma em questão, onde observamos através de uma visão externa, parte da estrutura inicial. Observa-se aí, o atual estado de conservação, que será mais bem detalhado nas próximas imagens, transmitindo mesmo assim a idéia de abandono dessa forma, talvez com um nível de degradação não muito alto. Esta idéia acaba sendo desmentida nas próximas imagens. Observa-se, no entanto, que a área se encontra cercada e sem acesso, como relatou o membro entrevistado da Família Pedroni. Segundo o relato desse mesmo membro da família, o espaço vazio localizado entre a estrutura maior remanescente e a chaminé, era justamente o local onde se encontrava a outra parte da forma, que acabou sendo demolida devido à sua alta degradação. Na figura 14

²⁷ DAAE – Departamento Autônomo de Águas e Esgotos

(momento passado da forma), observa-se a parte demolida do Engenho Marcelo Pedroni.



Figura 6: Vista externa do Engenho Marcelo Pedroni.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Já na figura 7, observamos com detalhe a chaminé, isolada e aparentemente deslocada, dando à essa paisagem a sensação de ser justamente a parte de uma forma, não mais condizente com a organização espacial atual, sendo um objeto, um resíduo remanescente de uma outra época, um outro momento.



Figura 7: Vista da Chaminé como testemunha de um tempo, uma atividade remota.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Ao aproximarmos da forma estudada, percebemos alguns detalhes de seu estado atual. Passamos a enxergar com mais clareza na figura 8 seu nível de degradação e abandono, observável tanto na parede frontal (parte superior da figura), com todas suas janelas sem vidro, quanto na parede lateral da forma, onde se observa também a situação precária do telhado. Esse maior detalhamento da precariedade e deterioração do telhado, se vê na figura 9 (parte superior da figura). Na parte inferior da mesma figura, vemos um pedaço da parte interna da construção, bem como o crescimento incontrolável de algumas plantas que chegam a atingir o telhado.



Figura 8: Observação das paredes frontal e lateral do Engenho.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 9: Observa-se com maior detalhamento a precariedade do telhado e da própria forma.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

A precariedade da forma e a exata dimensão de sua degradação é certificada na observação do interior da forma, onde não se vê nada além de paredes sujas, com pichações, e com forte presença de umidade (figura 10). Além disso, o odor expelido no local, é típico de lugares degradados, seja pelo uso indevido desse espaço interno como um verdadeiro sanitário, ou pela proximidade desta forma com um pequeno córrego que passa logo ao lado. Na figura 11, pode-se observar a parte externa e vizinha, através da janela destruída e invadida pela vegetação próxima ao córrego. O piso e o telhado do local também atestam o longo abandono.



Figura 10: Vista da parte interna da construção com total aparência de abandono.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

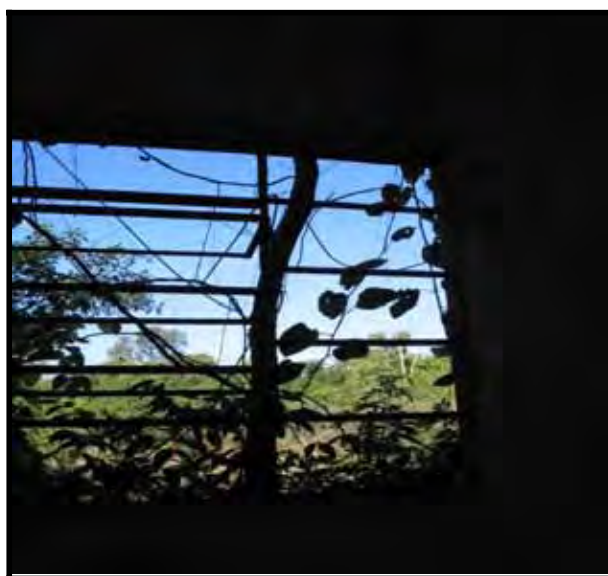


Figura 11: Visão através de uma janela da estrutura, onde se observa a parte externa e vizinha, invadida pela vegetação, em decorrência do abandono.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Vale ressaltar que a área onde se encontra o antigo engenho, atualmente é parte integrante da área do DAAE (Sumaré), que capta e represa água do entorno,

como observamos na figura 12. O curso d'água vizinho ao objeto, segundo informações obtidas por meio de entrevistas com membros da Família Pedroni, servia como fonte de abastecimento para o próprio engenho.

Hoje, infelizmente, além da não mais existência do engenho, o curso d'água em questão apresenta uma forte concentração de lixo e impurezas, degradando ainda mais a área. No entanto, a grande represa, vizinha ao engenho, conhecida como Represa do Marcelo²⁸, além de servir como uma das fontes de abastecimento de água de Sumaré, serve, mesmo que timidamente, como uma área de lazer e espaço de recreação da cidade, mostrando assim uma possibilidade ou tendência de futuro uso da área e da estrutura do Antigo Engenho Marcelo Pedroni. Atualmente, apesar de cercada e possuindo uma guarita de segurança, a área vizinha ao Engenho permanece aberta e livre ao público da cidade. Apenas o Engenho em si permanece isolado, como se observa na figura 13.



Figura 12: Espaço de captação das águas da Represa do Marcelo e curso d'água vizinho ao Engenho Pedroni.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

²⁸ Represa do Marcelo - nome dado em referência ao grande patriarca da Família Pedroni em Sumaré, Marcelo Pedroni.



Figura 13: Entrada da área onde se encontra o antigo engenho, e que atualmente é parte integrante do DAE (Sumaré), que capta e represa água do entorno.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2007

3.1.1 – Retorno ao passado: do auge ao abandono

Neste momento da análise, faz-se um mergulho no passado²⁹, verificando-se que cada relação social pertence a um momento histórico específico. A realidade é analisada e decomposta. O Engenho Marcelo Pedroni, passa a ser portanto analisado em seus aspectos históricos, onde observaremos a importância desta forma, hoje abandonada, para a cidade de Sumaré, em tempos passados. Notaremos também que a própria família Pedroni é parte importante da história do município, sendo que, atualmente, os descendentes desta família desempenham um papel de destaque na memória de Sumaré.

²⁹ Parte das informações coletadas nesta fase da pesquisa foram extraídas e sintetizadas em forma de texto, através da história oral (entrevistas). Além de um grande e importante herdeiro da Família Pedroni, outra importante personalidade da cidade, um respeitadíssimo Professor e profundo conhecedor da história de Sumaré, contribuíram para a coleta destas informações apresentadas. Ambas as identificações serão preservadas.

Na figura 14, apresentamos, para que se tenha uma idéia, uma imagem de como era o Engenho Marcelo Pedroni em sua época de funcionamento. No centro da imagem, observa-se então a forma estudada, enquanto que ao fundo, pode-se observar também o Casarão do Sítio Sertãozinho (outra forma a ser analisada).



Figura 14: Antiga imagem do objeto analisado. Década de 1940
Fonte: Associação Pró- Memória de Sumaré – julho de 2006

Uma das primeiras referências de indústrias em Sumaré nos remete ao ano de 1905, época em que a cidade vivenciava seus primeiros anos de formação. Tratava-se de um pequeno engenho e um alambique, que fabricavam de maneira quase artesanal um produto genuinamente brasileiro, a aguardente de cana-de-açúcar. “Eles foram instalados na Fazenda Sertãozinho que naquele tempo pertencia a Joaquim de Mattos Guimarães, que a arrematou em hasta pública, em 31 de outubro de 1904 dos herdeiros de Domingos Franklin Nogueira”, conforme aponta Toledo (2005, p.115) Existia, como se pode observar, uma forte relação entre duas formas analisadas nesta pesquisa: o Engenho Marcelo Pedroni e o Casarão do Sítio Sertãozinho, que inclusive pela proximidade geográfica, tem suas histórias misturadas.

A Fazenda contava com um casarão utilizado para a sede, imóveis, 40 cabeças de gado para criar, 22 bois carreiros, quatro burros de custeios, um cavalo de sela, 60 cabeças de suínos para criação e mais oito porcos de meia ceva em um chiqueiro. Possuía também vários implementos agrícolas, além do engenho de cana-de-açúcar e o alambique. (TOLEDO, 2005, p.38)

Mais tarde, segundo apontamentos do herdeiro da família Pedroni:

“O engenho de cana-de-açúcar e o alambique foram parar nas mãos de Francisco De Cillos que depois de um tempo, lá pra 1912 (éh, faz tempo!), fez a doação ao novo proprietário da área, o grande Marcelo Pedroni.”

Na década de 40, os irmãos Marcelo e Thomaz Pedroni, decidiram aumentar o empreendimento, substituindo a máquina de fazer aguardente por uma maior. Em retribuição aos antigos proprietários daquela pequena indústria doaram-na aos filhos de Francisco De Cillos, para constar do acervo do Museu da família, na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, explica o renomado professor.

O novo alambique dos Pedroni pôde, dessa forma, ampliar sua produção e ganhou fama.

Fabricava um tipo de pinga que caiu no gosto popular e ficou conhecida como “Pinga do Marcelo”, uma referência ao proprietário do sítio. Pessoas de várias cidades da Região, bem como de São Paulo, vinham para cá em busca da “caninha” que fazia o deleite de todos os paladares. (TOLEDO, 2005, p.38)

O herdeiro da Família Pedroni, conta que o primeiro engenho produzia cerca de 25 litros de pinga por dia. A produção se acentuou com o segundo alambique, que chegou a produzir de 400 a 450 litros/dia. Além das pessoas contratadas para o corte e destinação final dos bagaços, parte da família Pedroni contribuía para alavancar o negócio. Relembra o herdeiro em tom humorado:

“Eu e meus irmãos, além de minhas tias, ajudávamos no engarrafamento, rotulagem e transporte de bagaço. Acredito que o alambique ajudou nossos pais a sustentar nossa numerosa família. Fui criado com dinheiro de pinga”.

O primeiro alambique funcionou até a década de 40. As atividades do segundo alambique, iniciadas na década de 40 foram encerradas trinta e cinco anos depois, em 1975. O encerramento das atividades do engenho deve-se a diversos fatores, dentre os quais a própria morte do patriarca da família, Marcelo Pedroni, na década de 50, que era o principal responsável pela administração dos negócios, cujos herdeiros não conseguiram manter o negócio com a mesma eficiência de Marcelo.

Além disso, a família era detentora de outros negócios, e ocupavam uma extensa faixa de terras do município. Para se ter uma idéia, a família Pedroni possuía em suas terras, uma grande represa, hoje conhecida como Represa do Marcelo, que no passado:

(...) servia para movimentar não apenas o engenho, mas também uma serraria, um moinho de fubá, máquinas de marcenaria e uma pequena turbina hidrelétrica que iluminava as residências do sítio. Essa represa foi construída por braços escravos, que transportavam as terras em jacás, enormes cestas de bambu, até as imediações da barragem. (TOLEDO, 2005, p. 40)

Em 16 de janeiro de 1932 ocorreu um sério acidente: por volta das 22 horas a barragem se rompeu após mais de duas horas de chuvas fortes. Dezesesseis anos depois, em 16 de janeiro de 1948, também às 22 horas, ocorreu o mesmo episódio: um novo rompimento. Devido à grande proximidade do engenho em relação à represa, o mesmo foi atingido, e parte dos maquinários ficaram destruídos, nas duas ocasiões, explica o integrante da família.

“O volume de água foi tanto que destruiu mais de 150 metros dos trilhos da antiga Companhia de Estradas de Ferro”

Com todo o estrago causado pelos rompimentos da barragem, os investimentos da família Pedroni, começaram a ficar escassos, uma vez que, a própria reconstrução, além dos demais negócios da família deslocaram boa parte dos recursos que costumavam ir para o engenho. Mesmo assim, este se manteve ativo, porém com movimento cada vez menor, por cerca de mais trinta anos, quando a própria família se cansou de trabalhar com o engenho. O estranho acidente não impediu que a barragem fosse refeita, sendo até hoje responsável por parte do abastecimento do Município. O engenho, no entanto, permanece abandonado (figura 15), sendo que uma parte foi demolida e outra, permanece ainda como testemunha de uma época de muita atividade e também de muitas histórias e memórias.



Figura 15: Antiga imagem do Engenho Pedroni em sua época de abandono. Parte de suas instalações ainda não havia sido demolida. Final da década de 1970

Fonte: Associação Pró- Memória de Sumaré – julho de 2007

3.1.2. – Retorno ao presente: uma outra visão da realidade atual

Neste retorno ao presente, a realidade atual é explicada, é neste momento que se descobrem as contradições sociais e possíveis desencontros de tempo. As terras

onde hoje se encontram os restos do “Engenho do Marcelo”, além de se caracterizarem atualmente, como áreas de proteção aos mananciais, assumiram desde alguns anos o papel de uma área de lazer na cidade. A estrutura própria do Engenho permanece abandonada, desde sua desativação, sendo por muitos anos um local de repúdio à grande parte da sociedade, servindo para o uso de atividades ilícitas e acúmulo de lixo, sofrendo grande processo de degradação, afastando a população local.

Essa triste realidade observada há alguns anos vem sendo modificada, já que as terras da represa, onde se localiza o Engenho, passou às mãos da Companhia responsável pelo abastecimento de água da região (DAAE – Sumaré), que cercou a área e isolou a entrada e o acesso às ruínas do Antigo Engenho Marcelo Pedroni. Mesmo assim, a “forma”, ainda presente no espaço, sinaliza uma ruptura, um entrave, um retrato de um momento passado, deslocado, mas ainda presente no cenário ou paisagem atual. A imagem de abandono ainda contamina a paisagem, afastando boa parte dos munícipes da nova área de lazer, disponível abertamente à população.

Esse mesmo entrave provoca uma inquietação, tanto à sociedade civil quanto aos órgãos públicos, que segundo informações de funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, em conversa informal, revelaram que já ocorreram algumas ações visando a refuncionalização da área, como por exemplo, a reabertura da área como um pequeno parque ecológico, uma área de lazer para as famílias do município (figura 16), como foi por muito tempo, num passado não muito distante. Recentemente, ações que envolveram remoção de lixo, revegetação, educação ambiental e implantação de equipamentos de lazer propiciaram a reabertura do Parque para o público.



Figura 16: Placa de entrada da área da Represa do Marcelo (à esquerda). Imagem da represa (à direita)

Fonte: ORDENES A.F.U. – Julho/2007

A busca por informações que dizem respeito a projetos ou ações planejadas para esta forma se mostrou como uma árdua tarefa, uma vez que a administração pública do município tem boa parte de seus comandos e setores descentralizados e com pouca comunicação entre si. Mesmo assim, vale ressaltar a prontidão e disposição de alguns funcionários no que diz respeito ao fornecimento de tais informações. Em conversas com alguns funcionários da Fundação Pró-Memória³⁰ e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano obtivemos informações de que a área do Engenho Marcelo Pedroni, deve aos poucos se integrar à área do recém implantado Zoológico Municipal Henrique Pedroni e do Centro de Lazer “Benedito de Matos”, às margens da represa. O que não se sabe ainda é que tipo de nova função essa forma irá receber. Essa área, segundo vontade da municipalidade, deve se tornar futuramente uma área com um bom potencial turístico e de lazer, desde que não se mantenha subutilizada à espera de intervenção.

Existem ainda outras idéias e propostas a serem analisadas, algumas dadas, inclusive pela Família Pedroni, como apontou o herdeiro desta.

³⁰ Departamento municipal responsável pelo resgate da memória da cidade. Fundação Pró-memória.

“Pode-se, por exemplo, sugerir a construção de um centro cultural, um orquidário, ou até mesmo um pequeno museu da família Pedroni, porque não? Temos tanta história nesta família”.

Basta saber, daqui pra frente quais as próximas atitudes a serem tomadas, e se as mesmas conseguirão, com uma nova funcionalidade, retomar aquela forma como um elemento condizente com a lógica atual do espaço inserido.

3.2 – Faculdades Network (Campus de Sumaré) – antigo Moinho Universal: descrevendo o presente

Este segundo objeto a ser analisado encontra-se em processo de refuncionalização, ou seja, diferentemente daquele analisado anteriormente, observa-se que ele já deixou seu período de total estagnação econômica para trás, já que no momento atual, começa a receber, mesmo que de forma lenta e gradual, uma nova funcionalização. O antigo Moinho Universal (figura 17) passa a ter uma nova função, diferente daquela que o originou, ou seja, função educacional por meio de uma faculdade que ali está se instalando. Vale porém ressaltar que, por encontrar-se em processo de refuncionalização, não se pode afirmar que o mesmo tenha obtido sucesso neste processo, já que isto dependerá do modo como tudo está sendo realizado, bem como da absorção no futuro dessa nova função, pela sociedade e pelo espaço em que o mesmo está inserido.

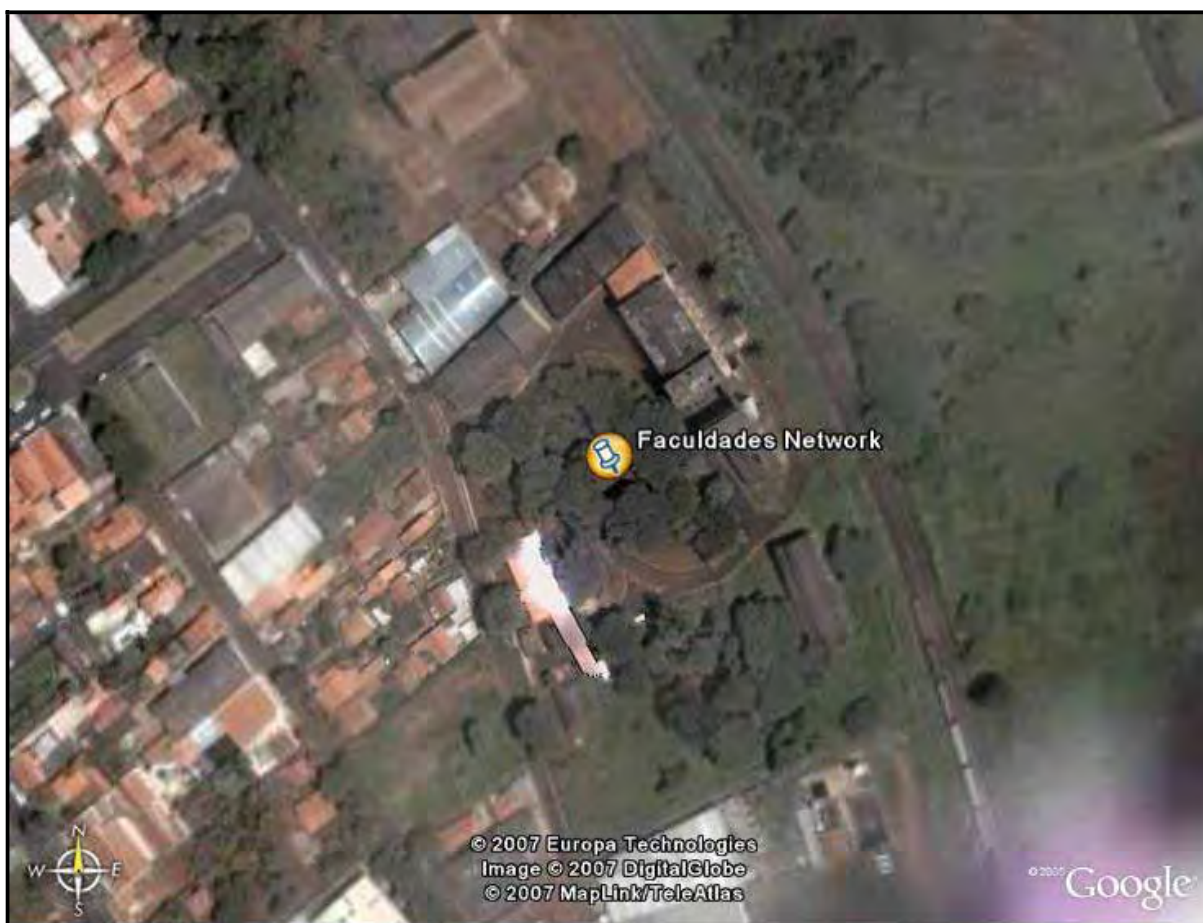


Figura 17: Imagem de satélite do município de Sumaré (em destaque a área onde se encontra a Faculdade Network)

Fonte: programa Google Earth - 2007

Partiremos aqui então, para o primeiro momento da análise proposta (descritivo). Seguem as figuras e informações do local, como tentativa de contribuir com a leitura da situação atual do *brownfield* estudado. Se observarmos atentamente, a figura 18, lembrando que essa imagem foi captada em julho de 2006, perceberemos como aspecto inicial desta forma em processo de refuncionalização, que a entrada principal do local, apesar de bem apresentada, indica uma sinalização apenas provisória, com faixas e placas indicativas, que demonstram nesse determinado instante, uma ocupação e utilização da área ainda recente, dando a entender que essa área ainda deve passar por uma boa reformulação, ou seja, que ela está se

refuncionalizando. Parte dessa percepção é confirmada nas outras figuras, sendo que a figura 19 já nos mostra duas primeiras instalações recuperadas e já utilizadas, uma como recepção e secretaria do novo campus e outra como espaço de sala de aula e laboratórios, onde se tem o funcionamento de alguns cursos técnicos de pouca demanda.



Figura 18: Entrada principal das Faculdades Network. Observa-se que a sinalização é apenas provisória, o que nos mostra o aspecto de uma ocupação da área ainda recente.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 19: As primeiras instalações do complexo a serem recuperadas: recepção e secretaria (imagem à esquerda) e salas de aula e laboratórios (imagem à direita).

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Já a figura 20, mostra um aspecto interessante dessa refuncionalização. Ao mesmo tempo, em que algumas atividades já começam a surgir no local, o mesmo ainda se vê repleto de marcas relativas ao período do abandono, o que indica um longo processo de limpeza e recuperação do aspecto visível do local, assim como dos espaços internos. (figura 21)



Figura 20: Visão do pátio externo, já sendo recuperado. Essa área especificamente, passou por uma limpeza geral.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 21: Parte interna de algumas das instalações. Complexo mostrado externamente na figura 23

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Nas figuras 22, 23, 24 e 25 visualizamos outras instalações que fazem parte do Antigo Moinho Universal, e que atualmente, vem passando por um árduo e lento processo de recuperação e limpeza. Segundo funcionários da Faculdade Network, em conversa informal, não se tem ao certo, quais serão os destinos de cada instalação, ou seja, o que cada uma delas irá abrigar. O que se tem bem claro, é que a intenção dos donos da faculdade, pretendem ocupar a maior parte, senão todas as instalações disponíveis, visualizando aí uma grande faculdade, repleta de cursos, alunos e atividades. Para isso, é necessário muito trabalho. (figura 26)



Figura 22: Uma das principais instalações do complexo, vista por distintos ângulos, ainda deteriorada pelo longo tempo de abandono e degradação, mas com projetos de recuperação e utilização sendo estudados.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 23: Um outro ângulo da instalação anterior, mostrando suas grandes dimensões, ainda deteriorada pelo longo tempo de abandono e degradação.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 24: Instalação do complexo que já está passando por uma reforma inicial em sua parte interna.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 25: Uma outra grande instalação do complexo, ainda sem projeto definido para a sua estruturação interna.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 26: Parte interna da instalação anterior sendo reformada por funcionários contratados pela faculdade. Esse espaço em específico virá a se constituir numa imensa biblioteca da futura Faculdade.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

A figura 27, mostra a continuidade da área do antigo Moinho, que também pertence à Faculdade e que fica às margens da ferrovia, já que esta servia como principal via de escoamento da produção do Moinho. Ao analisarmos o contexto histórico desta forma, veremos que essa área próxima à ferrovia, acabou se tornando hoje um grande vazio urbano, limitando a expansão urbana, forçando-a para outras áreas mais afastadas do centro, região onde se localiza o antigo Moinho.



Figura 27: Imagem da continuidade do terreno da Faculdade Network.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2007

Esse tipo de vazio urbano, pode gerar um desequilíbrio no crescimento urbano, destinando algumas áreas a um isolamento, podendo por exemplo, forçar uma ruptura econômica ou funcional, deixando no espaço, formas abandonadas e esquecidas dentro desses vazios, já que estas formas são também formas-conteúdo, como aponta Santos (1997)

(...) como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em

sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. (SANTOS,1997, p.2)

Para encontrarmos as alterações sociais que modificaram a forma, devemos nos remeter à um mergulho no tempo passado, a fim de entendermos a lógica criadora da forma e aquela que a tornou sem funcionalidade.

3.2.1 – Mergulho ao passado: o abandono de uma grande indústria

Busca-se a partir de agora, o retorno ao passado da forma, esperando encontrar as discontinuidades que ocorreram ao longo da história da mesma. É neste momento que se faz presente, muitas vezes, a necessidade do uso da história oral como técnica de pesquisa, pois nem sempre o pesquisador consegue encontrar informações históricas documentais ou bibliografia específica sobre a forma estudada. Apresenta-se aqui uma das grandes dificuldades de se pesquisar e de se trabalhar com *Brownfields*, já que necessariamente, ao analisarmos qualquer uma dessas formas, teremos que buscar informações referentes ao passado delas. Tudo isso, com o apoio teórico de Hummel (2006, p.56), que diz que “a história oral também é vista como um caminho que permite a recuperação e a reapropriação do passado”. Hummel (2006, p.56) ainda aponta que “a história oral é o ponto de encontro entre a história e as demais ciências sociais e de comportamento”. Portanto, a busca de aspectos geográficos, e por que não sociais, pode quando necessário, remeter à uma procura de cunho oral, falado, por meio de encontros com pensamentos construídos, já que pessoas que vivenciaram os momentos procurados, mesmo com suas próprias análises, elucidam parte do cenário que se quer encontrar.

Em função da grande dificuldade na obtenção de informações sobre o passado desta forma específica, fez-se necessária a realização da coleta de informações através de conversas informais ou até mesmo de entrevistas com algumas personalidades do município, especialistas e até mesmo com pessoas vizinhas do local. Sendo assim, realizou-se um longo e interessante diálogo/ entrevista com um conceituado Professor³¹, talvez a maior referência em relação aos aspectos históricos do município de Sumaré, um profundo conhecedor do passado da cidade.

O referido professor é muito conhecido entre os munícipes, sendo diretor e sócio-fundador do Instituto Pró-Memória de Sumaré, departamento da prefeitura, dedicado exclusivamente à busca de informações sobre a história de Sumaré. Inicialmente, em relação à forma analisada (antigo Moinho Universal), as informações passadas por ele não são muito precisas, já que a parte documental relacionada à tal forma parece até não existir, não por alguma ineficiência do Instituto Pró-Memória, por exemplo, mas por uma completa imprecisão quanto às datas de referências do Moinho. Sabe-se no entanto, que este *brownfield*, conhecido antigamente como Moinho Universal, foi construído na década de 1950, sendo considerada, no momento de sua construção, uma das mais importantes indústrias de Sumaré e região, já que, além de trazer muitos empregos para a cidade, acabou gerando um considerado desenvolvimento da aparelhagem urbana do entorno, servindo inclusive como principal referência de uma porção espacial da cidade, até então não muito desenvolvida, quebrando parte da descontinuidade existente entre a área de fundo de vale (Ribeirão Quilombo) e o centro da cidade, já que a área do Moinho compreendia e compreende até hoje uma grande área entre a ferrovia e o Centro comercial do município.

Localizada às margens da ferrovia, o antigo Moinho Universal teve seu auge no início da década de 1960, mesmo com o evidente declínio das ferrovias, que começavam a perder espaço para as rodovias, no caso, a principal sendo a Rodovia Anhanguera, que forçou em boa parte do interior paulista o deslocamento do escoamento das produções industriais da ferrovia para a rodovia, criando um novo

³¹ Será resguardada a identidade dos entrevistados

eixo de desenvolvimento urbano e econômico não só no interior do estado, mas também na própria cidade de Sumaré, fazendo por exemplo, com que o Moinho perdesse boa parte de sua força de desenvolvimento, voltando a criar aquele vazio/descontinuidade no espaço urbano. Estranhamente, o Moinho Universal, que em pouco tempo, conseguiu resistir à pressões dos mercados concorrentes, nacionais e estrangeiros de trigo, teve seu fechamento logo após o período de maior rentabilidade e com pouco tempo de vida, já que em menos de 15 anos ele se instalou, teve seu auge e fechou, deixando um enorme aparato industrial abandonado, além de uma área bem extensa, com cerca de cem mil metros quadrados.

Segundo informações de pessoas que trabalharam ou que conviveram com funcionários do antigo Moinho Universal, seu fechamento se deu em função de problemas administrativos gerados por atritos entre os familiares que constituíam a sociedade da empresa. Não é possível porém, localizar qualquer tipo de documento que mostre com exatidão a data do fechamento ou o motivo do abandono. Sabe-se no entanto, que o abandono da forma ocorreu em meados da década de 1960, provavelmente entre os anos de 1966 e 1968, deixando portanto uma imensa área e estrutura abandonadas por quase 40 anos, sendo que depois de inúmeras tentativas de compra do terreno por diversas empresas e de inúmeros trâmites na justiça, finalmente a área foi vendida para a Rede Educacional Network, que conseguiu agora em julho de 2007, a escritura definitiva do terreno, segundo o Sr. Cláudio Padovani, presidente da Associação Comercial de Sumaré e importante empresário do ramo imobiliário na cidade.

Nesse longo tempo de abandono, o terreno, bem como as estruturas e o próprio entorno sofreram uma imensa desvalorização imobiliária, já que a importante indústria existente, e toda sua arquitetura imponente, ficaram por muito tempo desconfigurada, suja, abandonada, tornando-se um espaço degradante e sem funcionalidade.

3.2.2 – A volta ao presente elucidado

Ao voltarmos nossa análise para o presente, percebemos que, aos poucos, até mesmo por se tratar de um *Brownfield* em processo de refuncionalização, o aspecto do antigo Moinho Universal vai se modificando, pois, conforme as medidas vão sendo tomadas e os recursos vão aparecendo, a paisagem vai se modificando, a forma vai ressurgindo, mesmo com uma nova função. O fato de existir uma real preocupação com a recuperação e manutenção da forma, da arquitetura, e da fachada, faz com que um objeto, ignorado por tanto tempo, parecendo antes “escondido”, imperceptível na paisagem urbana, ressurgja com uma força imensa, parecendo querer recuperar-se de tanto tempo de abandono, começando à modificar-se e à modificar também o que está a sua volta, fazendo aos poucos renascer uma área “adormecida” do município, ou como nos disseram alguns moradores, durante nossa coleta de informações, um “canto perdido” da cidade.

As Faculdades Network anunciaram no ano de 2005 a aquisição do antigo Moinho Universal de Sumaré, onde será instalado um campus universitário da Instituição e onde serão implantados novos cursos de graduação, pós-graduação e também os Centros Tecnológico e de Pesquisa Científica da Network. A compra do antigo Moinho era projeto antigo da Network. De acordo com a Diretora Geral da Instituição, o prédio e a área do Moinho Universal sempre inspiraram a Network a projetar ali a instalação de um campus com grande potencial para tornar-se, em breve, a primeira universidade de Sumaré. Coletando informações a respeito do local, através de inúmeras conversas com pessoas da vizinhança, e de acordo com alguns funcionários da Faculdade Network, toneladas e mais toneladas de lixo e entulho foram retirados do terreno, sendo que, segundo um dos funcionários da faculdade responsável pela limpeza

“Essa, acho que é a etapa mais difícil de tudo isso. A quantidade de lixo que saiu daqui era incalculável, e ainda tem bastante como se pode ver. Ainda não estão todas as instalações limpas, em comparação ao que estava, quanta diferença”.

Uma parte do Campus já está em funcionamento, a Poli Network funciona nas instalações desde Janeiro de 2006. Desde então, as modificações realizadas no Antigo moinho, vem aos poucos trazendo nova vida à forma estudada, em decorrência de uma nova função que aos poucos vai se consolidando. Vale ressaltar porém, que segundo Vasques (2005)

(...) uma política que vise auxílio para os programas de refuncionalização de *brownfields* deve contar com o reconhecimento do interesse público na questão, deve estar aberta à participação dos poderes públicos e da iniciativa privada, conceder crédito para a limpeza das áreas mais urgentes, e instituir parcerias criando um clima de cooperação entre os agentes.

As comunidades devem ser vistas como sócios, ao mesmo tempo em que os governos locais devem estar dispostos a envolver as comunidades e a patrocinar a refuncionalização, possibilitando assim, maiores chances de obter sucesso. (VASQUES, 2005, p.50)

O que se observa porém, é que em boa parte dos casos de refuncionalização de *brownfields*, é a iniciativa privada a responsável por inserir novamente no espaço geográfico, em termos funcionais, essas forma abandonadas e degradadas, como é o caso do Antigo Moinho Universal, que permaneceu por muitos anos abandonado e só agora, com ajuda de capital privado, está em processo de refuncionalização.

Segue-se então o apontamento de algumas medidas tomadas em relação à forma, bem como a visualização de algumas modificações. A figura 28 mostra a situação atual do jardim central do Campus II, onde se observa uma grande diferença em relação às primeiras imagens apresentadas neste estudo (ver figura 20). Nota-se uma grande diferença no aspecto visual e paisagístico desse espaço, trazendo uma sensação de uso, de funcionalidade.



Figura 28: Jardim central das faculdades Network.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2007

A próxima figura (29), é bem emblemática, pois já demonstra uma incrível diferença percebida em um mesmo local, em função dos investimentos aplicados na reforma e reconstituição da instalação, que aos poucos vai solidificando sua nova função, agora não mais industrial, mas sim educacional. Para perceber as diferenças, basta que comparemos a figura 29, com as duas imagens que aparecem na figura 21, onde se percebe ainda um aspecto de abandono. A figura 26 mostra o início das obras internas dessa instalação à pouco mais de um ano atrás. Uma vez reformada a parte interna, os responsáveis pela reforma dizem que devem começar a trabalhar na recuperação da parte externa das instalações visualizadas nas figuras 22, 23 e 24.



Figura 29: Imagem do prédio que estava sendo reformado. Atualmente uma biblioteca, vista de ângulos diferentes, com duas salas de aula ao fundo.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2007

3.3 - Casarão do Sítio Sertãozinho: descrevendo o presente

Este terceiro objeto a ser analisado é o Casarão do Sítio Sertãozinho, a casa-sede da Antiga Fazenda Sertãozinho, importante historicamente para o desenvolvimento não só do atual município de Sumaré, como para a região. Atualmente, este objeto, há pouco refuncionalizado, vem a exercer uma nova função, diferente daquela a que se propunha inicialmente, sendo agora parte integrante das instalações administrativas de um grandioso condomínio de habitações de alto padrão.



Figura 30: Ao centro da imagem localiza-se o Casarão do Sítio Sertãozinho

Fonte: programa Google Earth - 2007

Neste momento, analisaremos, o presente, a situação atual da forma, de maneira descritiva, buscando posteriormente, em outros momentos as rupturas do passado e à volta ao presente elucidado. As figuras a seguir demonstrarão o novo papel do Casarão Sertãozinho (figura 30) no espaço urbano de Sumaré, sua nova função, lembrando que esta última forma analisada vem a ser justamente aquela que já passou por uma refuncionalização. No aspecto visual, podemos dizer que o Casarão se mantém atualmente, muito próximo do que foi em sua época antes do período de abandono, já que o mesmo passou por uma “revitalização arquitetônica”, para manter as características históricas de sua forma. Já no aspecto funcional, não se pode dizer a mesma coisa, pois como veremos, o Casarão está bem longe de exercer o poder ou a função à que foi criado.

A figura 31 nos mostra a propaganda do empreendimento ao qual o Casarão agora pertence, sendo que o logotipo se utiliza da imagem do próprio Casarão. Isso talvez para remeter ao empreendimento, um condomínio residencial de alto padrão, um ar clássico, tradicional, como foi o Casarão em seus tempos ativos.



Figura 31: Outdoor do então “Jardim Residencial Parque da Floresta”, que abrange entre suas estruturas o Casarão do Sítio Sertãozinho. No próprio logotipo do empreendimento nota-se a referência a essa importante construção, que segundo informações não oficiais data de 1870, aproximadamente.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Na figura 32, verifica-se a parte frontal desta importante forma, bem como uma parte de seu entorno, que de acordo com informações coletadas junto à funcionários da Secretaria de Planejamento Urbano, foi remodelado e urbanizado, pelo próprio poder privado que instalou o empreendimento.



Figura 32: À esquerda da figura, a vista da fachada do Casarão, recuperada recentemente, seguindo as características originais da construção. Na parte à direita da figura, a vista da atual Praça Thomaz Pedroni, com o “Casarão”, como é conhecido popularmente, ao fundo

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

Observando-se com maior atenção a figura 33, conseguimos perceber, na parte superior da imagem, o Casarão junto à portaria principal do condomínio “Jardim Residencial Parque da Floresta”, fazendo parte do empreendimento imobiliário em questão. A própria portaria central desse condomínio, em seu aspecto arquitetônico, tratou de acompanhar a linha clássica do Casarão, dando ao mesmo tempo naquele local, uma sensação de harmonia entre o histórico-clássico e o atual-moderno. Verifica-se na parte posterior da imagem, que o Casarão aparece como um local de plantão de vendas do empreendimento imobiliário.



Figura 33: Imagem da vista da fachada do Casarão, onde se verifica à esquerda da mesma, a portaria principal do Jardim Residencial Parque da Floresta (parte superior da figura). Vista da central da fachada, onde se verifica claramente o tipo de atividade à que foi destinado tal objeto, que só por sua beleza arquitetônica já chama a atenção de novos pretendentes a habitar o novo condomínio.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

A figura 34 mostra em sua parte esquerda a vista de parte da fachada do Casarão, onde se verifica com maior clareza a preocupação na manutenção das características coloniais da construção. Atenta-se também para os detalhes das janelas, características da época da construção do Casarão, ainda preservadas (parte direita da figura). Além disso, tomou-se o cuidado de se preservar em bom estado, e

com investimento também em paisagismo, o entorno da forma, como se pode observar na figura 35 que mostra a parte de trás e a visão lateral do Casarão.



Figura 34: Detalhes da preocupação com a manutenção das características originais da construção.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006



Figura 35: Bom estado do entorno, tanto na visão traseira quanto lateral do Casarão.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2007

Desde o próprio do Casarão, olhando-se para sua parte de trás, observa-se através dos muros do condomínio o padrão das residências que estão sendo construídas nesse empreendimento. (parte esquerda da figura). Além disso, podemos observar a vista da praça que se encontra em frente ao Casarão, a partir de sua sacada. Observa-se uma grande preocupação com os aspectos paisagísticos do entorno, já que essa área começa a se caracterizar como uma das novas áreas nobres do município (figura 36). A evidente valorização da área se deve aos investimentos privados, que em função da criação desse empreendimento, teve de investir na estruturação urbana dessa área, que como veremos em seguida, não teve sempre o mesmo aspecto sofisticado. Talvez, no início da história do casarão, poderíamos observar sim um espaço valorizado, já que a forma analisada fazia parte do que foi o antigo e importante Sítio Sertãozinho, símbolo da pungência econômica de um determinado ciclo econômico da história do Brasil.



Figura 36: O entorno valorizado.

Fonte: ORDENES, A.F.U. - JULHO/2006

3.3.1 – Do rural ao urbano: uma volta ao passado

No último quartel do século XIX as terras, onde está hoje a cidade de Sumaré e arredores, eram fazendas. Havia ainda muita mata e se produzia muito café, além de outros cereais, e da pecuária. Por aí passava o trem, desde 1875, e cruzavam caminhos de terra ligando Campinas, Piracicaba, Rio Claro, Monte-Mor, Santa Bárbara, Itu. Por aqui havia engenhos de pinga, moinhos de fubá, monjolo, olaria, serraria. Havia também escravos – poucos, aliás – nas fazendas e nas senzalas. Uma das mais conhecidas fazendas era o Sertãozinho, onde está o casarão hoje, no fim da rua Marcelo Pedroni.³²

Ao buscarmos informações a respeito da história do Casarão do Sertãozinho, nos deparamos novamente com o conceituado professor que também nos auxiliou nos aspectos históricos dos outros objetos. Em suas anotações pessoais, utilizadas em suas pesquisas, e em sua entrevista concedida, o referido professor aponta:

“A primeira vez que aparece a palavra Sertãozinho é num documento de 1868. É uma escritura de compra e venda de terras, no sítio Certãozinho. É assim mesmo que está escrito no original. Não se diz quantos alqueires tinha o sítio. O comprador dessa parte de terras foi Joaquim Bicudo de Almeida, que a comprara de Ana Candida de Campos. Consta no mesmo documento que essas terras tinham sido de Eliseu Teixeira Nogueira, família muito ligada à história de Campinas”.

Dois anos depois, em 1870, mais uma parte de terras foi vendida no sítio Certãozinho, segundo explicações do professor, que conclui também

“Pelo texto não é possível saber se se trata da mesma terra ou de outra parte de terra do mesmo sítio. Mas, há um detalhe importante, o documento fala de terras, benfeitorias e engenho. Isso leva a crer que aí havia casa e, muito provavelmente, a casa do proprietário. Isso dá margem a concluir que o atual casarão de Sertãozinho seja de 1870, pelo menos”.

³² Informações retirada de artigo do jornal Tribuna Liberal, 16/05/93 – Associação Pró-memória de Sumaré

O que dá para concluir desde logo, em função da leitura de artigos de jornais³³ que comentam sobre a história do sítio, é que Sertãozinho era antes um lugar, uma região. Segundo o que aparece no artigo, a palavra sítio tem esse significado.

“Só em 1880 aparece a localização exata e o tamanho do sítio Sertãozinho. Nesse mesmo ano, as informações sobre o sítio Sertãozinho começam a se tornar mais completas e sugestivas. Um documento desse ano mostra a venda do “Sítio Agrícola denominado Sertãozinho” com 80 alqueires, casa de morada, casa de empregados, serra, máquina de algodão movida a vapor e outras benfeitorias. Nessa data o sítio foi vendido por Manoel de Barros Duarte a Francisco Monteiro de Carvalho e Silva. Este era o tio do Bispo D. Joaquim Mamede da Silva Leite, que nasceu em Rebouças em 1876 e depois foi bispo auxiliar de Campinas”.³⁴

O professor atenta para a informação de que no Casarão Sertãozinho, existia o trabalho livre em plena época da escravidão. Nesse tempo eram poucos os escravos existentes nas fazendas locais, pois os senhores já percebiam as vantagens do trabalho livre. Diz o professor:

“No Sertãozinho, provavelmente, não havia escravos nessa época. Se houvesse, haveria senzala, que não é nomeada neste documento. Em outras escrituras da época, quando se vendia uma fazenda ou sítio, ela era usualmente mencionada. Às vezes, os escravos eram vendidos junto com a fazenda e seus nomes constavam na escritura”.

Em 1911, o Governo do estado de São Paulo, comprou a Fazenda Sertãozinho. A escritura diz que o imóvel foi comprado de Joaquim de Mattos Guimarães, que adquirira por hipoteca, de herdeiros de Domingos Franklin Nogueira. Nesse mesmo ano, o governo estadual dividiu a fazenda em lotes de dez alqueires, vendendo-os a

³³ Informações retirada de artigo do jornal Tribuna Liberal, 27/05/93 – Associação Pró-memória de Sumaré

³⁴ Informações retirada de artigo do jornal Tribuna Liberal, 05/06/93 – Associação Pró-memória de Sumaré

colonos imigrantes. A Secção Sertãozinho era parte do Núcleo Colonial Nova Odessa. A descrição da fazenda na escritura é completa. Diz: ³⁵

“Contém uma grande casa de morada construída de tijolos, forrada e assoalhada. Quinze casas para colonos construídas de tijolos, e em bom estado, paiol, casa de armazém, e camaradas, uma casa para a administração, casa para arados, cocheira e mais benfeitorias e dependências, pastos, engenho de cana com seus maquinismos, acessórios e pertences, fazenda essa que tem a área de cerca de duzentos alqueires”.

Para o já citado professor e historiador, o que chama a atenção é a descrição da casa. Conforme demonstra em suas anotações, de mais de quinze anos atrás:

“Trata-se realmente de uma casa ampla, pois tem quase 300 metros de construção, e muito bem feita. O interior de suas paredes esconde finos tubos de cobre por onde circulava gás para alimentar lampiões nos vários cômodos. Apesar dos 120 ou 130 anos, maltratada pelo tempo, a casa resiste quase milagrosamente a tudo. Tem trincas longas e profundas nas paredes e parte do madeiramento, tanto no teto como no piso, está apodrecendo. De tudo o que existia no início do século XX, pouco restou nos dias atuais. O próprio engenho de cana não existe mais”.

Na década de 90, o casarão estava nas mãos dos irmãos Jarbas e José Vasconcellos, e apesar ter sempre um dono, alguém responsável, esse importante testemunho de um período, de um ciclo passado da história do Brasil, permaneceu inutilizado e abandonado, por mais de trinta anos (figura 37). Apesar da estrutura, da própria construção do Casarão Sertãozinho não haver tido uma função econômica ou industrial em suas dependências, o mesmo se portava como parte de um conjunto de estruturas e formas típicas e relevantes de uma determinada época, um determinado e importante ciclo econômico da história do Brasil, o ciclo do café. Esse é o exemplo típico de um *Brownfield* característico de um momento econômico passado, conforme

³⁵ Informações retirada de artigo do jornal Tribuna Liberal, 16/05/93 – Associação Pró-memória de Sumaré

definição apresentada anteriormente. Portanto, seu momento de ruptura, apesar de ser impreciso em termos de datação, pressupõe acontecer, gradativamente com o próprio fim do ciclo econômico ao qual pertenceu, tendo justamente como razão de seu abandono, o mesmo propósito.



Figura 37: Imagens do casarão do Casarão do Sertãozinho em seu momento de abandono. Estrutura deteriorada e entorno degradado. Espaço que nada lembra a situação atual, já refuncionalizado.

Fonte: Fundação Pró-memória de Sumaré (sem data)

3.3.2 – O reencontro com o presente

Após observarmos a figura 37, onde se vê uma forma completamente repulsiva e sem qualquer tipo de atrativo, em decorrência de seu completo e degradante abandono, voltamos ao presente. Diria que essa volta ao presente, traz um pouco de alívio, se visualisarmos como estava o Casarão há alguns anos atrás e como ele se encontra atualmente. Em relação ao aspecto visual e paisagístico, não temos o que discutir: a recuperação do Casarão foi excelente para o mesmo. Porém, se analisarmos a função destinada á mesma forma neste mesmo momento, ficaremos certamente com uma grande dúvida em relação ao processo de refuncionalização desta específica forma, podendo estender essa discussão para outras formas como essa. Fica a dúvida sobre a validade da nova função destinada á forma, que mesmo, mostrando-se recuperada, não demonstra muita vitalidade nesta nova função, dando a impressão de que o mesmo foi refuncionalizado, somente por se refuncionalizar, já que uma das obrigações dos empreendedores frente à Prefeitura Municipal de Sumaré, era de recuperar o Casarão Sertãozinho, além de reestruturar seu entorno.³⁶

Na verdade, gostaria de ressaltar meu descontentamento pessoal, em relação à tal situação, pois mesmo entendendo o valor da refuncionalização de uma forma durante anos abandonadas, não me convence tal processo, quando feito prioritariamente sob a ótica de valores comerciais e / ou paisagísticos. Nesse caso específico, percebemos que todo o investimento feito na refuncionalização dessa forma, se mostra válido até o momento em que comparamos historicamente, daí a importância do método que nos faz enxergar isso, as funções ocupadas pela mesma forma em momentos distintos. Ao fazermos tal comparação, surge instintivamente a dúvida em relação à validade e eficácia dessa refuncionalização em específico, pois a

³⁶ Informação dada por funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento.

nova função dada ao Casarão fica muito aquém, em nível de importância, àquela possuída em momentos passados.

Foi propósito da Prefeitura Municipal, através do Condephaea, tombar e restaurar esse monumento histórico, sendo esse processo um desafio imenso e difícil, que não se concretizou como o esperado, mas que no fim se mostrou como uma alternativa razoável, uma vez que viria a restaurar e preservar, mesmo que simbolicamente esse importante monumento histórico de Sumaré. Depois de muita dificuldade de negociação entre a prefeitura e os últimos proprietários, o Casarão teve finalmente seu destino traçado. Através da iniciativa privada, obteve-se a compra do Casarão e de parte do terreno da antiga Fazenda Sertãozinho, onde surgiu posteriormente uma área loteada, dando origem à terrenos para a formação de um condomínio residencial de alto padrão.

De forma articulada, devido ao crescimento urbano desordenado, seja em grandes ou em médias cidades como é o caso de Sumaré, o surgimento de áreas cada vez mais distantes do núcleo urbano tem sido latente. Essa nova expansão verificada em muitas cidades tem ocorrido sem obedecer a um projeto planejado, mas conduzido pelos interesses do mercado imobiliário voltado para as camadas de renda mais elevada.

Com a ampliação das condições gerais de infra-estrutura, especialmente o sistema viário, e as novas tecnologias de comunicação, há maior possibilidade de escolha da localização de moradia pelas camadas de mais alta renda, bem como para as empresas. Juntam-se a essas condições, os impactos do declínio econômico, dos anos 1980 e 1990, com o crescimento do desemprego e a crescente concentração da pobreza nas áreas urbanas, cuja combinação é uma das causas do surgimento da violência urbana. (MARICATO, 1996)

Nesse contexto, o mercado imobiliário investe na venda de um novo estilo de vida – o loteamento fechado, e nasce assim o “novo subúrbio” brasileiro. Áreas

distantes do núcleo central, com acessibilidade garantida pelo sistema rodoviário, passam a receber empreendimentos destinados às camadas de renda média e alta. É nesse cenário que se dá a negociação do terreno e a liberação do início dos loteamentos. Construções necessárias ao funcionamento do condomínio, ocorreram sob algumas condições apontadas pela Prefeitura Municipal. Segundo, a Secretaria de Planejamento Urbano, a liberação do empreendimento só ocorreu depois que os investidores se comprometeram a restaurar e à preservar o Casarão Sertãozinho, visto sempre como um patrimônio histórico da cidade, que em função do abandono, corria o risco de ser destruído.

Ao mesmo tempo, em que os investidores se comprometeram com a preservação e restauração do Casarão, eles tiveram que se comprometer com todo o projeto de urbanização do entorno próximo ao condomínio, principalmente na área onde atualmente se encontra a entrada do condomínio, lugar onde justamente se tem o Casarão, que por ter como vizinho próximo o Engenho Pedroni (até hoje abandonado), via-se como uma grande área esquecida e abandonada tanto pelas autoridades quanto pelo poder público. O cenário desta forma estudada confronta duas realidades urbanas não contemporâneas e diferenciadas, que acabam se chocando no momento atual: uma onde se observa a lenta, porém inevitável transição do meio rural latente (época áurea do Casarão – ciclo do café) para um meio urbano, cujo crescimento econômico se vê determinado principalmente pela dinâmica industrial presente no município; a outra, onde o forte crescimento industrial determinado, e ao mesmo tempo, acelerado e desordenado, incentivou o refúgio ou distanciamento de classes sociais mais altas do núcleo urbano central, gerando a proliferação de condomínios e loteamentos mais afastados do centro. Nesse caso, as duas realidades se encontraram no presente, e de maneira, surpreendente, remodelam e valorizam a paisagem atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo dos demais capítulos, podemos perceber que a preocupação em se realizar pesquisas acerca dos *brownfields*, deve ser maior, tanto para os futuros pesquisadores da área urbana, quanto para o próprio poder público e sociedade em geral. Esta pesquisa tenta mostrar de alguma forma, um caminho que pode ser seguido para que se continue estudando a problemática destas formas espaciais degradantes presentes principalmente nos espaços urbanos. Com base em algumas idéias, apresentadas ou complementadas acerca dos *brownfields*, tem-se uma nova concepção, agora adaptada para o contexto sócio-econômico brasileiro, do mesmo termo. Essa adaptação é um dos maiores questionamentos apontados pelo pesquisador, que demonstra que a continuação da adoção do termo *brownfield*, pode ser eficaz, desde que se apresentem as condições aos quais o termo foi adaptado, pois nos EUA, país de origem do termo, a realidade que gera novos *brownfields*, é bem diferente da realidade brasileira. Portanto, conclui-se e defende-se que, em relação ao uso do termo, o mesmo pode continuar a ser empregado, desde que adaptado.

Uma vez demonstrado e ajustado o termo *brownfield*, parte-se para a elucidação do espaço geográfico, como um espaço de sobreposição de tempos, onde numa mesma paisagem, encontramos elementos de distintas realidades de origem, oriundos de diferentes eras, convivendo num mesmo espaço, permeado por uma lógica que lhe imprime uma alta mutabilidade, deixando formas não adaptáveis ao contexto. Estas formas necessitam então de alguma ação que as faça buscar e adaptar-se a uma nova função. Essa busca é o que chamamos aqui de refuncionalização, sendo que o uso deste termo, segundo análise feita nesta pesquisa, deve ser adotado, nos casos de *brownfields*, que tentam agora justificar a presença da forma no atual espaço, sendo para isso necessário, uma nova função que retome

alguma condição econômica, retirando tal forma da estagnação, do abandono e da degradação.

Esta pesquisa demonstra que a análise dessas formas, deve seguir, e basear-se em procedimentos teórico-metodológicos pré-definidos, não sendo este um único caminho a ser seguido, mas que neste caso, nas três análises feitas, se mostrou, suficientemente capaz de elucidar a situação de cada uma das formas. Um dos maiores problemas encontrados, porém, diz respeito ao procedimento apresentado pelo método, de buscar no passado, as rupturas ou contradições de suas dinâmicas. Fica apontado aqui, que este momento, é o mais complicado na busca de informações, já que retratar, uma forma de maneira compreensível, trazendo à tona, seu passado elucidado, requer, além de muita busca, muita orientação para que seja retratada com a maior clareza possível, o passado de uma forma, muitas vezes esquecida e ignorada no espaço urbano.

Por outro lado, porém, a adoção da metodologia sugerida trouxe informações e uma nova visualização das formas. No primeiro caso, ao estudarmos, uma forma, totalmente abandonada e sem refuncionalização, pudemos encontrar algumas contradições e rupturas, que podem explicar parte de seu passado, demonstrando, parte de sua importância econômica e comercial. Hoje, percebemos que qualquer retomada de atividade econômica planejada para a primeira forma estudada (Engenho Pedroni), não parece, inicialmente, uma grande saída, pois, além de um espaço físico cada vez mais reduzido, a própria área, onde se encontra a forma, vem adquirindo um aspecto diferente, muito mais próximo de uma função ligada à lazer ou recreação, do que de uma retomada econômica altamente relevante para o espaço e seu entorno. Caso diferente da segunda forma (Moinho Universal) estudada, que como percebemos, começa aos poucos, a receber uma nova função e a modificar-se, começando a alterar também seu entorno, que aos poucos vai aceitando e se adaptando à nova funcionalidade.

O último caso analisado (Casarão Sertãozinho), nos mostrou uma forma, que teve seu ciclo econômico interrompido, passou por um longo processo de abandono e

se encontra agora já refuncionalizado. O que se pode concluir neste caso, é que se compararmos a nova função ao nível de influência e importância que possuía a antiga função, notamos que a forma, com sua atual funcionalidade, se vê neste contexto, embora paisagisticamente recuperada, com uma importância reduzida.

Finalmente, podemos perceber que cada futuro caso de *brownfield*, a ser analisado através da ótica teórica-metodológica presente nessa pesquisa, deverá ser visualizado sempre como parte de um todo, histórico, econômico, social e espacial. Esses aspectos que permeiam a lógica do estudo de *brownfields* devem sempre ser levados em conta, desde quando o interesse de se refuncionalizar esteja acompanhado da visualização dos interesses da sociedade, que no fim, é quem determina a verdadeira eficácia de uma refuncionalização. Espero que tudo isto sirva para auxiliar em novas reflexões, novas pesquisas acerca desta problemática, e que estas, possam mostrar a real necessidade dos poderes, privados ou públicos, de investimentos sérios em políticas de recuperação ou refuncionalização de *brownfields*. Este é um propósito encontrado nesta árdua tarefa desenvolvida nesta pesquisa. Apontar caminhos a serem seguidos ou não por futuros estudiosos da área é um dos principais pontos de tudo isto. Acredito que encontrei durante toda a elaboração deste estudo, um amadurecimento pessoal e profissional e que pude ao mesmo tempo contribuir para os estudos relacionados à Brownfields, especificamente, e também a estudos ligados às dinâmicas espaciais urbanas.

BIBLIOGRAFIA

BENKO, G. Economia, espaço e globalização: aurora do século XXI. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Editora Elfos ,1995.

BOYER, R. A teoria da regulação: uma análise crítica. Editora Nobel ,1990.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Editora Cultrix , 1982.

CASTEL, R. As metamorfoses do Trabalho. In Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 1998.

CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

_____. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CASTELLS, M. A Era da informação: Economia, Solidariedade e Cultura. A Sociedade em rede. São Paulo: Editora Paz e Terra. Vol. 1, 1999

CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. Região e organização espacial. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. Trajatórias geográficas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, K. R. O centro de Recife e suas formas comerciais: transformações e persistências. Tese de Doutorado. Unesp. Rio Claro, 2001.

EVASO, A.S. A Refuncionalização do espaço. São Paulo: Revista Experimental, ano 3, número 6, Março de 1999, p.33-54.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GOMES, H. A produção do espaço geográfico no capitalismo. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

HUMMEL, C. P. Brownfields e atores sociais no município de Rio Claro (SP): memórias e refuncionalizações. Rio Claro, 224 fl. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006

IAOCHITE, J. C. Apropriação e revalorização do espaço urbano: análise da ocorrência de Brownfields no município de Americana - SP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004

JAPIASSÚ, H. Introdução ao pensamento epistemológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

LEFEBVRE, H. Espacio y Política. Barcelona: Península, 1976

_____. La revolución urbana. – 4ª. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

LEITE, T.M.C. Entraves espaciais: Brownfields representados por aterros de Resíduos Sólidos Urbanos desativados no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo. 1995.

LIPIETZ, A. Lê capital et son espace. Paris: La découverte/Maspero, 1983.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARTINS, J. S. Henri LEBEVRE e o retorno à dialética. São Paulo: Editora Hucitec, 1996

MENDES, A. A.; SAMPAIO, S. S. Implantação Industrial em Sumaré: Origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no estado de São Paulo. Revista Geografia - Associação de Geografia Teorética. Rio Claro: v.17, n.1, p.39-76, abril 1992.

NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional. Unicamp – Vol.1 – Campinas, 2004

ORDENES, A. F. U.; MAK, M. A. T. F. Brownfields na área central de Campinas: estudo das estruturas da malha ferroviária e as possibilidades de novos usos. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

ORTIGOZA, S.A.G. O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista. Tese de Doutorado. Unesp. Rio Claro, 2001.

PEDROSA, S. H. Industrialização do interior: expansão do mercado interno e solução de outros problemas. Apucarana: FECEA, 1989.

PEREIRA, E. A. A. Os brownfields no município de Piracicaba (SP): a inércia do território e os ciclos econômicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

RIBEIRO, W. C. Relação Espaço/ Tempo: Considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. in Terra Livre, 4, pp 39-53, Associação dos Geógrafos Brasileiros / Marco Zero, São Paulo, 1988.

RIGO, E.D. As grandes redes varejistas e suas estratégias, econômicas e locacionais no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Unesp. Rio Claro, 2000.

RODRIGUES, J. Sumaré por inteiro: Os primeiros passos de integração da Cidade Orquídea. Campinas: Editora Komedi, 2004.

SANCHEZ, L. E. Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora Edusp, 2005.

_____. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. Espaço e método. São Paulo: Editora Nobel, 4ª ed. 1997.

_____. Espaço e sociedade: ensaios/ Milton Santos. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, C. L. Faturas urbanas e a possibilidade de construção de novas territorialidades metropolitanas: a orla ferroviária paulistana. Tese (doutorado) FAU-USP, SP, 2002.

TIPLER, P. A. Física: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

TOLEDO, F. de A. Sumaré: Outras histórias. Sumaré: IDB Editora, 2005.

_____. Histórias de Sumaré. Sumaré: IDB Editora, 1995.

VASQUES, A. R. Refuncionalização de *Brownfields* : estudo de caso na Zona Leste de São Paulo – SP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005

Sítios (disponíveis em ago/07)

DEITRICK, S. & FARBER, S. “**Managing *brownfields* as community assets: case studies of five Pittsburgh sites**”, Centro Nacional para a Revitalização de Cidades Centrais – Universidade de New Orleans, abril, 1999. Disponível para consulta em www.pitt.edu/~cities/brownfields.html

MULLER. “**Were is new urbanism in Pittsburgh?**” USA Newsletter número 1. Disponível para consulta em www.pitt.edu/~cities/brownfields.html

Universidade Carnegie Mellon (Pensylvânia, USA).
www.ce.cmu.edu/brownfields/home.htm

Environmental Protection Agency (EPA – USA)
www.epa.gov/swerosps/brownfields/glossary.htm#borw

Estações Ferroviárias. www.estacoesferroviarias.com.br

<http://www.infomapa.com.br/>

<http://mapas.terra.com.br/>

<http://maps.msn.com>

<http://www.digicampmapas.com.br>